



Anais da Assembléia

Nº 05

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; Suplentes: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; Suplentes PFL e PRN: José da Silva Reis - Volmir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Nair Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; Suplentes: Guimar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PTB - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Aizumi Yamada; PSDB - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; Suplentes: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; PT - 03: Ovidio José Constantino - Emami Pudeff - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; PL - 01: José Colombino Grassano; Suplentes: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; SEM PARTIDO - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. Deputados Licenciados: Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Osmário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 02.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Aníbal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Aníbal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Símons, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 123/93

Curitiba, 14 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, ceder à Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, de Ibiporã, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelas datas de terras nºs 06 e 07,

da quadra nº 38, daquela Cidade, com área total de 900,00 m2, matriculado sob nºs 2.795 e 2.796 do Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca.

Cabe esclarecer que o referido imóvel vem sendo ocupado por dita associação, desde a sua fundação, em 1989, visto que desde aquela época já estava em desuso pelo Estado. Vale também ressaltar que a Entidade que se pretende beneficiar com a presente medida é mantenedora do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual, escola que atende clientela portadora de deficiências oculares, tais como cegueira, visão subnormal e outros tipos de anomalias congêneres. Considerando sua relevante ação social, foi reconhecida de Utilidade Estadual, pela Lei nº 9.778, de 24 de outubro de 1991. Portanto, nada mais justo e oportuno que a cessão de uso do imóvel em referência, para que a APADEVI de Ibiporã possa dar continuidade às suas atividades filantrópicas e assistenciais.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o devido apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, Ibiporã, o imóvel denominado datas de terras nº 06 e 07 da quadra nº 38, contendo uma edificação com 422,84 m2, no município de Ibiporã, de propriedade do Estado do Paraná, matriculado sob nº 2.795 e 2.796 do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei será utilizado exclusivamente para a instalação de órgão daquela APADEVI, podendo ser prorrogado mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de nulidade do ato, ficando ainda aquela Associação, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas de despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 124/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993
Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 25 da Lei Estadual nº 10.039, de 16 de julho de 1992 e no artigo 8º da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, comunico ter sido procedida a 4.^a correção do Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para o 4º correção foi de 10% em função de projeção das receitas estaduais.

O Orçamento Geral do Estado passou a ter a composição apresentada a seguir, observando que foram estabelecidas as regras estatísticas para arredondamentos.

EM CR\$ 1.000

ORÇAMENTO FISCAL	160.251.897
ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
INDIRETA (exclusive as transferências do Tesouro)	45.797.694
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (exclusive as transferências do Tesouro)	422.934.922
TOTAL GERAL	628.984.513

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as minhas expressões de estima e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 125/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993
Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, Entidade declarada de utilidade pública através da Lei nº 10.240, de 08 de janeiro de 1993, o imóvel constituído pelo lote urbano medindo 599,40 m², sito a confluência das ruas Gov. Manoel Ribas e Joaquim D. Guerreiro, s/nº, contendo uma edificação com 167,20m², matriculado sob nº 4111 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A medida legal ora submetida a essa Casa reveste-se de elevado significado e, portanto, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que virá ensejar condições a fim de que a Cessionária fique sediada no imóvel em referência, o que, sem a menor sombra de dúvida, trará inestimáveis benefícios sociais àquela região.

Vale, ainda, destacar o fato de o anteprojeto de lei em epígrafe conter dispositivo no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para a finalidade prevista, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada, mediante consenso entre as partes, pelo tempo de mais 4 (quatro) anos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, o imóvel constituído pelo lote urbano medindo 599,40 m², sito na confluência das ruas Gov. Manoel Ribas e Joaquim D. Guerreiro, s/nº, contendo uma edificação com 167,20 m², matriculado sob o nº 4111 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei será utilizado exclusivamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda a Cessionária responsável pela guarda e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 126/93

Curitiba, 27 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por finalidade obter autorização para que a BANESTADO S/A - Informática participe do capital social da ASBAN S/A - Participações, mediante a aquisição de 50% da totalidade das ações de sua emissão.

Inicialmente cabe esclarecer que a autorização legislativa é exigida nos termos do art. 27, XIX da Constituição Estadual.

A ASBAN S/A - Participações, que detêm 80% do capital social da Gralha Azul Companhia de Seguros, tem como acionistas a Associação BANESTADO e a AFAB - Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado.

A participação de empresa integrante do conglomerado BANESTADO na referida empresa atende à atual política estadual, uma vez que contando com a estrutura das agências estar-se-á intensificando o desenvolvimento da Seguradora.

As ações a serem adquiridas representarão 50% do total das ações emitidas, sendo 40% das ações ordinárias nominativas e 60% das ações preferenciais nominativas, resultando num investimento a preços de hoje de CR\$ 348.090.046,50.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizada a BANESTADO S/A - Informática a participar do capital social da ASBAN S/A - Participações, mediante a aquisição de ações de emissão desta, observados os seguintes limites:

I - 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias nominativas, correspondendo a 35.733.513 (trinta e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, quinhentos e treze) ações;

II - 60% (sessenta por cento) das ações preferenciais nominativas, correspondendo a 53.600.268 (cinquenta e três milhões, seiscentos mil, duzentos e sessenta e oito) ações;

Art. 2º - O custo unitário da ação fixado em 30 de novembro de 1993 no valor de CR\$ 3,8965 não poderá ultrapassar a variação da UFIR diária havida entre esta data e a data da efetiva aquisição, podendo, na hipótese de extinção deste índice, ser substituído por outro oficial que retrate a real correção da moeda.

Parágrafo Único - Os recursos necessários ao cumprimento da autorização outorgada por esta lei correrão à conta de disponibilidades próprias da BANESTADO S/A - Informática.

Art. 3º - As ações serão adquiridas diretamente da Associação dos Funcionários Aposentados do BANESTADO - AFAB, sem qualquer intermediação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 001/94

Curitiba, 11 de janeiro de 1994.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa.

Exmos. Srs. Deputados.

Tenho a satisfação de comunicar a essa egrégia Assembléia Legislativa que, em atendimento ao artigo 7º da Lei nº 10.699 de 29 de dezembro de 1993, que Estima Receitas e Fixa Despesas para o Exercício Financeiro de 1994, os valores componentes do Orçamento Geral do Estado serão corrigidos no percentual de 670% (seiscentos e setenta por cento).

Tal correção corresponde à variação de preços no período de junho a novembro registrada segundo o INPC/IBGE a previsão do respectivo índice para dezembro de 1993.

Em atenção ao mesmo artigo 7º da Lei nº 10.699, estou encaminhando em anexo os Quadros de Detalhamento de Despesa por projetos e Atividades com os valores já corrigidos para preços de dezembro de 1993.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 002/94

Curitiba, 13 de janeiro de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem como objetivo institucionalizar o Serviço Obrigatório de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, inclusive os não comestíveis.

Trata-se de uma atividade pública de indiscutível interesse da sociedade, que foi transferida à responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura, através da Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989.

Este Governo não se recusa a desempenhar mais este encargo, o qual, como acima esclarecido, consulta aos interesses da população consumidora. Tanto isso é verdade que através de atos próprios (Decreto nº 7.725, de 14 de março de 1991) o Estado já vem desempenhando os referidos serviços de tão elevado interesse público.

Entretanto, para que se dê a essa importante tarefa uma perfeita instrumentalização, tornando-a plenamente legítima e eficaz, será imprescindível sua institucionalização por meio de lei específica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - É obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial, em todo território estadual, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis.

Art. 2º - Ficam obrigados ao registro no órgão competente, todos os Estabelecimentos que produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, transformem, industrializem, preparem, acondicionem, embalem, produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos vegetais.

Parágrafo Único - Estão sujeitos, ainda, ao cumprimento desta lei e de seu Regulamento todos os produtos de origem animal depositados ou em trânsito.

Art. 3º - Para a coordenação das atividades inerentes ao artigo 2º desta lei, fica criado o "Serviço de Inspeção Estadual Paraná - SIE/PR", denominado "Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal - SIP/POA", diretamente vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento no Departamento de Fiscalização e será coordenado por um médico veterinário.

Art. 4º - Ficam obrigados a serem licenciados no órgão de Saúde competente, os Estabelecimentos atacadistas e varejistas que comercializem produtos de origem animal.

Parágrafo Único - Os Estabelecimentos contidos no artigo 2º desta lei, além do registro no SIP/POA, devem ser também licenciados pelo órgão de Saúde.

Art. 5º - Ficam obrigados ao registro no órgão de Saúde competente todos os produtos de origem animal já transformados em alimento humano.

Art. 6º - O "Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal - SIP/POA", contará com um "Grupo Consultivo", composto por Médicos Veterinários, sendo 1 (hum) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1 (hum) da Secretaria de Estado da Saúde e 1 (hum) da Diretoria Federal do Ministério da Agricultura do Paraná, que sob a coordenação do primeiro terá as seguintes atribuições:

I - Auxiliar o SIP/POA na elaboração das normas e regulamentos inerentes a esta lei;

II - Analisar e emitir pareceres sobre os processos de construção, reforma, implantação e/ou reaparelhamento dos Estabelecimentos de que trata o artigo 2º desta lei;

III - Colaborar com coordenação do SIP/POA, quando solicitado.

Parágrafo Único - O Coordenador do

SIP/POA poderá convidar, sempre que necessário, outros técnicos ou representantes de outras entidades que estejam diretamente envolvidas com a atividade.

Art. 7º - São competentes para realizar o registro e a inspeção de que trata esta lei;

I - A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento nos Estabelecimentos de que trata o artigo 2º, quando realizem comércio intermunicipal;

II - O Departamento ou Secretaria competente das Prefeituras Municipais nos estabelecimentos de que trata o artigo 2º, quando realizem comércio exclusivamente municipal (comércio local);

III - Os Órgãos de Saúde, no registro de alimentos prontos, bem como na emissão da licença sanitária.

Art. 8º - São competentes para realizar a fiscalização, de que trata esta lei:

I - A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento nos Estabelecimentos de que trata o artigo 2º, quando realizem comércio intermunicipal;

II - O Departamento ou Secretaria competente da Prefeitura Municipal nos Estabelecimentos de que trata o artigo 2º, quando realizem comércio exclusivamente municipal (comércio local);

III - O Órgão de Saúde, sob o ponto de vista sanitário, de acordo com a sua competência, nos Estabelecimentos contidos nos artigos 2º e 4º.

Art. 9º - Para a execução das atividades referentes a esta lei, nas ações especificadas no artigo 7º e 8º compete:

I - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

a) Regular e normatizar a implantação, construção, reforma e/ou reaparelhamento dos Estabelecimentos especificados no artigo 2º;

b) Regular e normatizar o transporte de produtos de origem animal;

c) Regular e normatizar a execução das atividades da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal nos Estabelecimentos de que trata o artigo 2º;

d) Promover o registro dos Estabelecimentos de que trata o artigo 2º;

e) Executar as atividades previstas nos itens a, b e c, inciso I deste artigo;

f) Colaborar, quando necessário, com as demais entidades envolvidas na atividade.

II - Ao Departamento ou Secretaria competente das Prefeituras Municipais:

a) Possuem as mesmas funções das Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da Saúde, a nível municipal;

III - Aos Órgãos de Saúde:

a) Fiscalizar sob o ponto de vista sa-

nitário e de acordo com a sua competência, os Estabelecimentos de que trata o artigo 2º desta lei;

b) Regular e normatizar o registro de alimentos prontos para o consumo humano;

c) Regular e normatizar as atividades de vigilância sanitária;

d) Executar as atividades previstas nos itens a, b e c, inciso III, deste artigo;

e) Colaborar, quando necessário, com as demais entidades envolvidas na atividade.

Art. 10 - Fica proibida, em todo o território estadual, para fins desta lei, a duplicidade de inspeção e/ou fiscalização sanitária e industrial nos Estabelecimentos que envolvam quaisquer das atividades citadas nos artigos 7º e 8º desta lei.

Art. 11 - Em caráter supletivo, poderão ser realizadas fiscalizações periódicas, pelos órgãos executores desta lei, nos Estabelecimentos de produtos de origem animal.

Art. 12 - As barreiras sanitárias fiscalizatórias serão realizadas, isoladamente ou em conjunto, pelos órgãos executores desta lei.

Art. 13 - Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Apreensão ou condenação dos produtos

IV - Suspensão das atividades do estabelecimento

V - Interdição total ou parcial do estabelecimento

VI - Cancelamento do registro

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo serão disciplinadas por regulamentação específica de cada órgão designado para as competências estabelecidas nos artigos 7º e 8º desta lei.

§ 2º - As sanções de que trata este artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

§ 3º - Quando as sanções forem de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, as receitas decorrentes da aplicação das penas pecuniárias, bem como de taxas remuneratórias por serviços prestados, em decorrência desta lei, serão recolhidas para o Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP e reverterão para o aprimoramento, aparelhamento, manutenção e outras melhorias da própria atividade de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.

§ 4º - Quando as sanções forem de responsabilidade da Secretaria da Saúde, as receitas decorrentes da aplicação das penas pecuniárias e outras taxas, serão recolhidas para o Fundo de Reequipamento Sanitário - FUNRESAN e reverterão para o aprimoramento, aparelhamento, manutenção e outras melhorias da própria atividade de Vigilância Sanitária.

Art. 14 - Para a execução das atividades previstas neste Lei, e no âmbito exclusivo das competências estabelecidas em seus artigos 7º e 8º, as entidades responsáveis poderão celebrar convênios com outros órgãos afins.

Art. 15 - O Poder Executivo, por ato próprio, regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 003/94

Curitiba, 17 de janeiro de 1994.
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, cumpro-me dar ciência a essa egrêgia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retro-mencionada, baixou e fez publicar o Decreto nº 2.851, de 01 de dezembro de 1993.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, tem por objetivo dar cobertura orçamentária aos convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a execução do Projeto "Melhoria de Qualidade de Ensino ofertado na Área de Educação Especial", aquisição de equipamentos e execução de cursos na área de educação.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

DECRETO Nº 2851

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9º inciso III da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 489.098.667,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, noventa e oito

Curitiba, segunda, em 21.02.94

mil, seiscentos e sessenta e sete cruzeiros reais), de acordo com os Anexos I e III deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV

e V deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 01.12.93.

172º da Independência e 105º da República.

(aa) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
		ANEXO AO DECRETO NO. 2851		CRS 1,00 (REAL)	
INDIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP I
3300	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO		I I I		I I
3302	ABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS		I I I		I I
2,95	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDEPAR	4311.01	107 I I	52.905.687	118481
3304	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO		I I I		I I
1084	PROJETO QUALIDADE NO ENSINO PUBLICO DO PARANA	3120.00	107 I I	236.377.289	118481
		4120.00	107 I I	50.000.000	118481
1085	PROJETO EXPANSAO, MELHORIA E INOVACAO NO ENSINO MEDIO DO PARANA	3132.03	107 I I	688.000	118481
		3132.08	107 I I	16.142.327	118481
2772	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	3132.08	107 I I	3.083.246	118481
2774	ADMINISTRACAO DO CETEPAR	3132.08	107 I I	327.800	118481
		4120.00	107 I I	10.037.942	118481
2779	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	3120.00	107 I I	32.300.000	118481
		3131.00	107 I I	105.406	118481
		3132.08	107 I I	26.875.650	118481
2781	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	3120.00	107 I I	54.140.320	118481
		3132.08	107 I I	3.670.000	118481
		3231.00	107 I I	25.000	118481
T O T A L				489.098.667	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02	
		ANEXO AO DECRETO NO. 2851		CRS 1,00 (REAL)	
INDIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP I
2700	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ACAD SOCIAL		I I I		I I
			I I I		I I
701	ABINETE DO SECRETARIO		I I I		I I
2618	PROGRAMA MEU IRMAO	3132.08	107 I R I	2.690.863	119101
		4130.00	107 I I	85.000.000	118481
		4130.00	107 I R I	340.200.000	119101
2703	IDIRETORIA GERAL		I I I		I I
2619	IEXECUCAO DOS PROGRAMAS DA AREA ICOMUNITARIA	4130.00	107 I R I	14.615.941	119101

CANCELAMENTO		ANEXO I I			FL. 03		CRS 1,00 (REAL)	
ANEXO AO DECRETO NO. 2851								
INDIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
I	I	IDESPESA	I	IRI				
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I I I		I	I	
I	I	I	I	I I I		I	I	
I 3303	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I I		I	I	
I 2782	IGERENCIA DA ESTRUTURA	I	I	I I I		I	I	
I	IADMINISTRATIVA DA SEED	I	3120.00	I07ILI	736	I1848I		
I	I	I	3120.00	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	3132.08	I07ILI	736	I1848I		
I	I	I	3132.08	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	4120.00	I07ILI	1.312	I1848I		
I	I	I	4120.00	I07IRI	2.722	I1907I		
I 3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I	I I I		I	I	
I 002	I PROJETO FLORESTA ATLANTICA - SEED	I	4130.00	I07ILI	585.900	I1848I		
I	I	I	4130.00	I07IRI	1.034.620	I1907I		
I 1085	I PROJETO EXPANSAO, MELHORIA E	I	I	I I I		I	I	
I	I INOVACAO NO ENSINO MEDIO DO	I	I	I I I		I	I	
I	I PARANA	I	4120.00	I07IRI	16.860.312	I1907I		
I 1089	I IMPLANTACAO DE CASAS FAMILIARES	I	I	I I I		I	I	
I	I RURAIS	I	3120.00	I07ILI	736	I1848I		
I	I	I	3120.00	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	3132.08	I07ILI	736	I1848I		
I	I	I	3132.08	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	4120.00	I07ILI	736	I1848I		
I	I	I	4120.00	I07IRI	1.361	I1907I		
I 2772	I ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA	I	I	I I I		I	I	
I	I DE EDUCACAO	I	4120.00	I07IRI	9.408.371	I1907I		
I 2773	I ADMINISTRACAO DOS NUCLEOS	I	I	I I I		I	I	
I	I REGIONAIS DE EDUCACAO	I	3120.00	I07IRI	30.002	I1907I		
I	I	I	3132.08	I07IRI	391.846	I1907I		
I 2777	I DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I	I I I		I	I	
I	I AGRICOLA	I	3120.00	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	3132.08	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	4110.00	I07IRI	1.361	I1907I		
I	I	I	4120.00	I07IRI	1.361	I1907I		
I 2779	I DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE	I	I	I I I		I	I	
I	I JOVENS E ADULTOS	I	4120.00	I07IRI	18.238.232	I1907I		
I 2788	I DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	I	I I I		I	I	
I	I FISICA NO ENSINO FUNDAMENTAL E	I	I	I I I		I	I	
I	I MEDIO	I	3132.08	I07ILI	736	I1848I		
I	I	I	3132.08	I07IRI	1.361	I1910I		
T O T A L					489.098.667	I		

SUPLEMENTACAO		ANEXO III			FL. 03	
		ANEXO AO DECRETO NO. 2851			CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL	ILI	VALOR	IN. DO I PROCI ICOP
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
	I- ENTIDADES VINCULADAS					
3470	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO					
	EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR					
2632	EXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO					
	DA REDE FISICA ESCOLAR	4130.00	107	11	32.995.610	118481
2770	ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	4130.00	107	11	19.910.077	118481
TOTAL					52.905.687	

ACRESCIMO		ANEXO IV		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO No 2851		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO				
	CENTRALIZADO				
1742 01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	387.624.961		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL				
	DO PARANA - FUNDEPAR				
2442 01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	52.905.687		

RECEITA		ANEXO V		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO No. 2851		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO				
	CENTRALIZADO				
2442 01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	387 624.961		

MENSAGEM N° 004/94

Curitiba, 28 de janeiro de 1994
Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Irati, o imóvel situado naquela Cidade, à Rua Cel. Pires, n° 826, constituído por um terreno de forma triangular, com área de 3.7750,00 m², contendo um prédio de alvenaria com dois pavimentos, medindo o térreo 1.185,00 m² e o superior 1.042,50 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme matrícula n° 7.816 do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Irati.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o referido imóvel vem sendo ocupado pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati - FECLI, unidade integrante da Universidade do Centro-Oeste, que transferirá sua sede para a localidade de Riozinho, Município de Irati, em imóvel de propriedade municipal, que será cedido ao Estado para fins de que aquela Instituição de Ensino Superior instale sua nova sede. Por sua vez, a Prefeitura de Irati utilizará, serviço de psicotécnico e Programa Pró-Egresso da FECLI/UNICENTRO.

Vale, ainda, ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31/12/94, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio a conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Irati, o imóvel situado naquela cidade, à rua Cel. Pires, n° 826, constituído pelo terreno de forma triangular, com área de 3.750,00 m², contendo um prédio edificado em alvenaria de tijolos, com dois pavimentos, medindo o pavimento térreo 1.185,00 m² e o pavimento superior 1.042,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme

consta na matrícula n° 7.816 do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Irati.

Art. 2° - O imóvel de que trata o art. 1° desta lei será utilizado exclusivamente para a instalação de órgãos municipais, serviço de psicotécnico e Programa Pró-Egresso da FECLI/UNICENTRO, tendo esta cessão duração até 31.12.94, podendo ser prorrogado mediante consenso entre as partes não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda o Município de Irati, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuro ressarcimento.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 005/94

Curitiba, 28 de janeiro de 1994
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à União o lote n° 01, da quadra n° 629, localizado no Bairro Planalto, na Cidade de Pato Branco, com área de 4.935,00 m², sem benfeitorias, de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, como consta na matrícula n° 18.476, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício, daquela Comarca.

O plano de lei ora encaminhado consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, uma vez que o referido lote de terreno se destina ao "Projeto Minha Gente", do Governo Federal, e será utilizado para a construção de um Centro de Apoio Integral à Criança - CAIC, medida essa que, sem a menor dúvida, reveste-se de significativo alcance social, eis que vem propiciar atendimento à clientela escolar do Núcleo Habitacional Planalto, conjuntos I, II, III, IV e V, de Pato Branco, onde predominam famílias de baixa renda e que carecem, prioritariamente, desse benefício.

No texto do anexo anteprojeto constam dispositivos expressos no sentido de que a Donatária deverá cumprir com as finalidades a que se destina o referenciado imóvel, assim como com o prazo estabelecido para a construção, sob pena de sua reversão automática ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o lote nº 01 (um) da quadra 629 (seiscentos e vinte e nove), localizado no Bairro Planalto, na Cidade de Pato Branco, com área de 4.935,00 m², sem benfeitorias, de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, como consta na matrícula nº 18.476, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior se destina exclusivamente ao Projeto Minha Gente, do Governo Federal, e será utilizado para a construção de um Centro de Apoio Integral à Criança - CAIC.

Parágrafo Único - Deverá a Donatária cumprir a condição referida neste artigo no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da vigência da presente lei.

Art. 3º - No caso do não cumprimento da condição contida no artigo anterior ou de ser dada destinação diversa, o imóvel objeto desta doação reverterá ao patrimônio estadual, sem qualquer interpelação ou notificação judicial, com todas as benfeitorias nele existentes, independente de qualquer indenização.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 007/94

Curitiba, 17 de fevereiro de 1.994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao § 1º, do art. 35, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com vistas a facultar o Poder Executivo fixar o período para fins de apuração do ICMS.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração, eis que visa modificar o período de apuração do ICMS, de mensal para diário, ou semanal ou decendial ou quinzenal ou mensal, dando-se nova redação ao § 1º, do art. 35, da Lei nº 8.933/89 (lei de regência do ICMS).

Atualmente, o período considerado, para fins de apuração do ICMS, é mensal. Todavia, com os altos índices de inflação - já na altura dos 40% no mês próximo passado - o Estado vem perdendo substancial parcela da receita do imposto, pois o contribuinte fica com o valor do imposto cerca de 22 dias (em média).

Enquanto a deterioração do poder aquisitivo da moeda se mantinha na casa dos 25% era possível ao Estado bancar essa perda financeira. Não mais agora pelo aumento dos índices sem sinais mais fortes de que a situação poderá ser revertida.

De qualquer modo, fica a previsão de que a apuração poderá continuar a ser mensal, desde que resolvida ou amenizada a questão inflacionária.

Por fim, resta salientar que outros Estados - como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - já tomaram idêntica providência, de defesa do erário público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O § 1º do art. 35 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 1º - O período, para efeito de apuração e lançamento do ICMS, poderá ser diário, semanal, decendial, quinzenal ou mensal, a critério do Poder Executivo."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 008/94

Curitiba, 17 de fevereiro de 1.994.
Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional visando acrescentar parágrafos aos arts. 83 e 92, daquela Carta.

Os mandamentos que se propõe sejam incluídos no texto da Carta Estadual objetivam determinar que os candidatos a Governador do Estado e vice-Governador depositem na Assembléia Legislativa, no momento do registro de suas candidaturas, documento renunciando a qualquer garantia de sigilo em suas contas bancárias, como condição para posse e que os Secretários de Estado, no momento da posse, renunciem, expressamente, ao sigilo bancário. Essa exigência, Senhor Presidente, tem o mais elevado significado de cumho moral, eis que enseja ao povo paranaense um eficiente mecanismo capaz de demonstrar o comportamento ético e a moralidade de tais autoridades no trato da coisa pública, sendo, ademais, uma garantia de que, no Paraná, ja-

mais irão acontecer episódios tão desastrosos como os "dos sete anos do orçamento", "dos roubos da Previdência" e tantos outros ocorridos na esfera da União.

A solução que vislumbro é de que essa Augusta Casa aprove e promulgue Emenda do seguinte teor, adicionando os dispositivos abaixo, na atual Carta Estadual:

"Art. 1º - O parágrafo único do art. 83, passa a constituir-se § 1º, ficando o referido artigo acrescido do seguinte § 2º:

"§ 2º - Os candidatos a governador e vice-Governador do Estado, no momento do registro de suas candidaturas, depositarão na Assembleia Legislativa documento renunciando a qualquer garantia de sigilo em suas contas bancárias, como condição para posse."

"Art. 2º - O art. 92, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Parágrafo Único - Os Secretários de Estado, no momento da posse, deverão renunciar, expressamente, à garantia do sigilo bancário, enquanto no exercício do cargo".

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a presente proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 009/94

Curitiba, 17.02.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com os preceitos contidos nos arts. 53, inciso IX e 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar o inciso VIII, do art. 172 e o art. 178, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que contém Estatuto estabelecendo "o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná".

Os dispositivos cuja revogação é pretendida, tratam da chamada "gratificação pelo exercício de encargos especiais", que, segundo a norma estatutária, é tão somente passível de concessão a funcionários aos quais forem atribuídos encargos de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo e outros definidos em lei.

A gratificação que compunha a remuneração dos Secretários de Estado, embora tivesse igual denominação àquela prevista nos arts. 172 (VIII) e 178, da Lei nº 6.174/70, não se tratava do mesmo benefí-

cio porque aquela, dos Secretários de Estado, é disciplinada em leis específicas e com valores também fixados ou reajustados através de lei (pela Lei nº 10.683/93) passou a "gratificação especial pelo exercício do cargo de Secretário de Estado". Elas, portanto, eram e são indiscutivelmente distintas e não caberia, de forma alguma, o entendimento de que fosse a mesma vantagem.

Assim, como a questionada norma não vem tendo aplicação na Chefia deste Poder, a quem é fundamentalmente direcionada e para que não ocorram riscos de sua indevida e generalizada aplicação em outras áreas, não há porque mantê-la, impondo-se, portanto, sua pura e simples revogação. A medida em causa, a par de outras já transformadas em lei e as com processo legislativo em andamento, assim como algumas ainda em fase de estudos, ensejarão condições no sentido de que o regime jurídico dos servidores públicos do Estado seja suficientemente claro e insusceptível de interpretações dúbias, que venham onerar o erário com despesas indevidas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam revogados o inciso VI-VIII, do art. 172 e o art. 178, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/396/93, do Senhor Governador do Estado, encaminhando planilha demonstrativa da aplicação parcial de recurso provenientes da extinção do Fundo de Previdência do Estado, no período de 8 de outubro a 30 de novembro do corrente ano.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº SGD-C/1864/93, do Senhor João Carlos Cascaes - Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia-COPEL, encaminhando para análise desta Assembleia, documentos "Síntese do Empreendimento" (I) e "Relatório de Impacto Ambiental - RIMA" (II), referente à Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº COMEC/CG/003/94, do Senhor Orlando Busarello - Coordenador Geral da Região Metropolitana de Curitiba, informando que no dia 20 de dezembro de 1993,

celebrou Termo de Cooperação Técnica e Financeira com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, e os Municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, o qual tem por objetivo a recuperação e melhoria da Ponte sobre o Rio Iguaçu, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, na divisa entre os Municípios de São José dos Pinhais e Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/398/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei número 391/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, em razão da entidade "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI" de Prudentópolis, por já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei nº 7.446, de 14 maio de 1981. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/399/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei número 301/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/400/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei número 543/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, em razão da entidade "Associação dos Moradores do Miringuava - ASMIRIN", de São José dos Pinhais, já ter sido declarada de utilidade pública através da Lei nº 8.721, de 04 de janeiro de 1988. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/401/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei número 327/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/402/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/403/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/404/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/405/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº

378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/406/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/407/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/408/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/409/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, por julgá-lo inconstitucional ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/410/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 313/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, por julgá-lo inconstitucional ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/411/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 445/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/412/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/413/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 351/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/414/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 444/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/415/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº

418/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/416/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 316/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/417/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 349/93, de autoria do Deputado Antonio Aníbelli, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/418/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 250/93, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/419/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 374/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/420/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 375/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/421/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 628/93, de autoria do Deputado Neiyo Beraldir, em razão da entidade "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Querência do Norte, já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei n° 9.680, de 5 de setembro de 1991. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/501/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 270/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/502/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 463/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/503/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 497/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, por julgá-lo contrário aos

superiores interesses públicos. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/504/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 580/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, por julgá-lo contrário ao interesse público por se tratar de uma cultura que se desenvolve a nível internacional, não havendo, portanto, razão que justifique a instituição do dia 07 de junho o "Dia da Cultura Racional do Paraná", isolada de data alusiva à dita Cultura, no Estado do Paraná. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/520/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 658/93, de autoria do Deputado João Iensen, em razão da entidade "Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus", da cidade de Guaruva, já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei n° 7.937, de 08 de novembro de 1984. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/544/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei n° 679/93, do Tribunal de Justiça, por julgar a parte Vetada inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/545/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 478/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, por revestir-se de inconstitucionalidade. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/566/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/567/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 299/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, por julga-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/568/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 591/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/569/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 592/93 de autoria do Deputado Domingos Carvalho por julgá-lo inconstitucional e

contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/570/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 570/93, do Poder Executivo, por julgar as partes Vetadas inconstitucionais. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/571/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 733/93, do Poder Executivo, por julgar a parte Vetada Inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/580/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 73/93 de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/581/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 565/93, de autoria do Deputado Plauto Mirô Guimarães Filho, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/582/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/583/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 642/93 de autoria do Deputado Paulo Maia, em razão da Entidade "Grande Oriente do Estado do Paraná", com sede e foro em Curitiba, já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 8.106, de 25 de junho de 1985. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/584/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 319/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/590/93 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 481/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, o qual institui o Dia Estadual do Técnico Industrial de Nível Médio, no dia 23 de setembro, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que a medida, pela sua natureza, seria cabível se implantada a nível nacional e não apenas de forma restrita. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/591/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº

381/93 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/592/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 629/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/593/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/594/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 569/93, do Poder Executivo, por inconstitucionalidade. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/596/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 581/93, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e não compatíveis com a vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Federal nº 4.320/64, que institui Normas de Direito Financeiro. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/597/93 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente, o Projeto de Lei nº 738/93, do Tribunal de Contas, por julgar as partes vetadas inconstitucional e contrárias ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/001/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 084/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/002/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 761/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/003/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/004/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente, o Projeto de Lei nº 324/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão**

de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/009/94 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Votado Integralmente, o Projeto de Lei n° 700/93, de autoria do Deputado João Preis, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/543 e 565/93, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei n°s 435/93 e 590/93. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° DTL/SAT/006, 007 e 008/94 do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei n°s 631/93, 645/93 e 530/91. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os n° DTL/SAT 392, 395, 397, 422 a 500, 505 a 519, 521 a 542, 546 a 564, 572 a 579, 585 a 589, 595, 598 e 599/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s: 400/93 - Do Poder Executivo, que autoriza a cessão do imóvel localizado nesta Capital, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva- ASTRAU e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.545. **Anote-se - Arquivo-se.**

712/93 - Do Tribunal de Contas que, cria, na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os cargos que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.543. **Anote-se - Arquivo-se.**

529/93 - De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube Cultural de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.544. **Anote-se. Arquivo-se.**

654/93 - Do Poder Executivo que, altera e revoga dispositivos que especifica, da Lei n° 7.567, de 08 de janeiro de 1982, que tratam do CONPREVI, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.546. **Anote-se. Arquivo-se.**

Lei Complementar n° 461/93 - do Poder Executivo, que revoga os dispositivos que especifica da Lei n° 6.417, de 03.07.73, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, e da Lei n° 6.174, de 16.11.70, e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar n° 72. **Anote-se. Arquivo-se.**

484/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.547. **Anote-se. Arquivo-se.**

672/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 10.548. **Anote-se. Arquivo-se.**

671/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.549. **Anote-se. Arquivo-se.**

670/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.550. **Anote-se. Arquivo-se.**

673/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 10.551. **Anote-se. Arquivo-se.**

683/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 9.079.560,00 (nove milhões, setenta e nove mil, quinhentos e sessenta cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.552. **Anote-se. Arquivo-se.**

695/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.553. **Anote-se. Arquivo-se.**

696/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.554. **Anote-se. Arquivo-se.**

589/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 10.555. **Anote-se. Arquivo-se.**

674/93 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.556. **Anote-se. Arquivo-se.**

612/93 - da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta em 30%, a partir de 1° de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da P.G.J., e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o n° 10.557. **Anote-se. Arquivo-se.**

675/93 - Da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta em 30% a partir de 1° de novembro de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da P.G.J., e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.558. **Anote-se. Arquivo-se.**

680/93: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que reajusta em 30%, a partir de 1º de novembro de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o número 10.559. **Anote-se - Arquivo-se.**

681/93: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que reajusta em 30%, a partir de 1º de novembro de 1993, o vencimento do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.560. **Anote-se - Arquivo-se.**

431/93: De autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que denomina "Hospital Geral Mauro Senna Goulart" o Hospital Geral do Portão e "Centro Cirúrgico Albert Sabin" o Centro Cirúrgico do mesmo Hospital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.561. **Anote-se - Arquivo-se.**

563/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n.º 9.112, de 07.11.89, que trata da declaração de utilidade pública do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pinturas e dos Pintores de Paredes, Metais, Madeiras e Letras no Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.562. **Anote-se - Arquivo-se.**

367/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor Ivo Luiz de Souza, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.563. **Anote-se - Arquivo-se.**

526/93: De autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor JORGE SCHWEIZER, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.564. **Anote-se - Arquivo-se.**

495/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor IBRAHIM ABUDI NETO, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.565. **Anote-se - Arquivo-se.**

423/93: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.566. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/93: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Pinhão - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.567. **Anote-se - Arquivo-se.**

436/93: De autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí - Para-

ná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.568. **Anote-se - Arquivo-se.**

434/93: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ampére, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.569. **Anote-se - Arquivo-se.**

422/93: De autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - APMI, com sede no Município de Barbosa Ferraz - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.570. **Anote-se - Arquivo-se.**

441/93: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.571. **Anote-se - Arquivo-se.**

443/93: De autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro no Município de Jundiá do Sul, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.572. **Anote-se - Arquivo-se.**

446/93: De autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a Casa do Menor de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.573. **Anote-se - Arquivo-se.**

450/93: De autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública a União das Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.574. **Anote-se - Arquivo-se.**

426/93: De autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que considera de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.575. **Anote-se - Arquivo-se.**

452/93: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR Municipal, com sede e foro no Município de Ortigueira - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.576. **Anote-se - Arquivo-se.**

515/93: De autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Paigandu, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.577. **Anote-se - Arquivo-se.**

433/93: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Catanduvas, com sede e foro no Município de Catanduvas, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.578. **Anote-se - Ar-**

quive-se.

491/93: De autoria dos Deputados TOTI COLAÇO e JOSÉ ARTUR RITTI, que declaram de Utilidade Pública Estadual o Centro Educacional Lar Jesus Adolescente, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.579. **Anote-se - Arquivo-se.**

505/93: De autoria do Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO, que declara de Utilidade Pública o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, com sede na Cidade de Curitiba, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.580. **Anote-se - Arquivo-se.**

519/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Iguaraçu - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.581. **Anote-se - Arquivo-se.**

479/93: De autoria do Deputado BASILIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.582. **Anote-se - Arquivo-se.**

473/93: De autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Escola Especializada "Jesus Menino" no Município de Matelândia - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.583. **Anote-se - Arquivo-se.**

489/93: De autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública a Creche Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.584. **Anote-se - Arquivo-se.**

490/93: De autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Ponta Grossa - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.585. **Anote-se - Arquivo-se.**

474/93: De autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a Creche "Menino de Deus", no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.586. **Anote-se - Arquivo-se.**

488/93: De autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública Estadual a Legião Católica Santa Isabel, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.587. **Anote-se - Arquivo-se.**

487/93: De autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Doutora Martha Silva Gomes, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso, o qual convertido em Lei tomou o

n° 10.588. **Anote-se - Arquivo-se.**

333/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.589. **Anote-se - Arquivo-se.**

017/93: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leocádia Braga Ramos, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.590. **Anote-se - Arquivo-se.**

514/93: De autoria do Deputado ALCEU SWAROWSKI, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Esportes com sede e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.591. **Anote-se - Arquivo-se.**

574/93: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Ponta da Cruzada dos Militares Espiritas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.592. **Anote-se - Arquivo-se.**

462/93: De autoria da Deputada EMILIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública a Creche Helena Ometto Torres, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.593. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/93: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Pinhão, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.594. **Anote-se - Arquivo-se.**

383/93: De autoria da Deputada EMILIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs de Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.595. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/93: De autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Kalorê - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.596. **Anote-se - Arquivo-se.**

496/93: De autoria do Deputado EDSON LINO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Rosário do Ivaí, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.597. **Anote-se - Arquivo-se.**

516/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Rondon, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.598. **Anote-se - Arquivo-se.**

504/93: De autoria do Deputado PAULO MAIA, que declara de Utilidade Pública o Clube das Mães - Associação Beneficente de Faxinal, com sede e foro no Município de Faxinal, no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.599. **Anote-se - Arquivo-se.**

503/93: De autoria do Deputado PAULO MAIA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Faxinal no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.600. **Anote-se - Arquivo-se.**

501/93: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.601. **Anote-se - Arquivo-se.**

499/93: De autoria do Deputado DUILIO GENARI, que declara de Utilidade Pública a Associação Promocional e Assistencial de Toledo - APA, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.602. **Anote-se - Arquivo-se.**

508/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção aos Idosos, API, Ana Rosa, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.603. **Anote-se - Arquivo-se.**

506/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no Município de Pinhais, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.604. **Anote-se - Arquivo-se.**

492/93: De autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o Centro de Treinamento para Pecuaristas Castrolanda, com sede e foro na Cidade de Castro, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.605. **Anote-se - Arquivo-se.**

530/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na Comarca de Faxinal, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.606. **Anote-se - Arquivo-se.**

557/93: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei, com sede e foro em Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.607. **Anote-se - Arquivo-se.**

561/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.608. **Anote-se - Arquivo-se.**

457/93: De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário no Município de São Sebastião da Amoreira, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.609. **Anote-se - Arquivo-se.**

482/93: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.610. **Anote-se - Arquivo-se.**

584/93: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.611. **Anote-se - Arquivo-se.**

567/93: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rebouças - Paraná, com sede e foro no Município de Rebouças, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.612. **Anote-se - Arquivo-se.**

583/93: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.613. **Anote-se - Arquivo-se.**

568/93: De autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Rita dos Santos Neves Haider, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.614. **Anote-se - Arquivo-se.**

548/93: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Martha, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.615. **Anote-se - Arquivo-se.**

562/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.616. **Anote-se - Arquivo-se.**

566/93: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.617. **Anote-se - Arquivo-se.**

472/93: De autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional Intermunicipal dos Contabilistas de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.618. **Anote-se - Arquivo-se.**

527/93: De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos, com sede e foro na cidade de São Sebastião da Amoreira, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.619. **Anote-se - Arquivo-se.**

512/93: De autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina Rodovia Egas Penteado Izique, aquela que liga o município de Alvorada do Sul ao Trevo da Rodovia PR-170, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.620. **Anote-se - Arquivo-se.**

610/93: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.621. **Anote-se - Arquivo-se.**

608/93: De autoria do Deputado Valdir Rosoni, que declara de Utilidade Pública no Estado do Paraná, o Lar São José de Guaíra - Paraná, com sede e foro no Município de Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.622. **Anote-se - Arquivo-se.**

602/93: De autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que declara de Utilidade Pública o Movimento de Defesa dos Favelados, com sede em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.623. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/93: De autoria do Deputado Edson Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Califórnia, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.624. **Anote-se - Arquivo-se.**

698/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 410.335.286,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.625. **Anote-se - Arquivo-se.**

717/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 9.624.000,00, ao Colégio Estadual do Paraná, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.626. **Anote-se - Arquivo-se.**

719/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 970.000.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.627. **Anote-se - Arquivo-se.**

724/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 3.500.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.628. **Anote-se - Arquivo-se**

723/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 125.400.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.629. **Anote-se - Arquivo-se.**

669/93: Do Poder Executivo, que aprova

crédito suplementar no valor de CR\$ 116.000.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.630. **Anote-se - Arquivo-se.**

721/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 209.937.080,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.631. **Anote-se - Arquivo-se.**

716/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 22.000.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.632. **Anote-se - Arquivo-se**

718/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 15.000.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.633. **Anote-se - Arquivo-se.**

722/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 110.000.000,00 à Fundação de Ação Social do Paraná, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.634. **Anote-se - Arquivo-se.**

715/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 1.351.500.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.635. **Anote-se - Arquivo-se.**

493/93: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a garantir através de aval do Tesouro Estadual as operações de Crédito e Refinanciamento Interno ou Externo, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.636. **Anote-se - Arquivo-se.**

667/93: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo contratar Refinanciamento de Dívidas contraídas pelo Estado ou por suas Autarquias, Fundações Públicas e Empresas das quais detenha direta ou indiretamente o controle Acionário, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.637. **Anote-se - Arquivo-se.**

640/93: Do Poder Executivo, que dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à Legislação de Trânsito em rodovias sob jurisdição Estadual deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.638. **Anote-se - Arquivo-se.**

416/93: De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que autoriza a transferência do Hospital São Jerônimo, de propriedade do Estado do Paraná, ao Município de São Jerônimo da Serra e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.639. **Anote-se - Arquivo-se.**

637/93: De autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade da

Lapa, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.640. **Anote-se - Arquivo-se.** 657/93: De autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social o Bom Samaritano, com sede e foro na cidade de Guaíra - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.641. **Anote-se - Arquivo-se.**

648/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Educadora e Formativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo, com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.642. **Anote-se - Arquivo-se.**

661/93: De autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.643. **Anote-se - Arquivo-se.**

676/93: De autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. Serviço de Obras Sociais, com sede e foro no Município de Prudentópolis - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.644. **Anote-se - Arquivo-se.**

633/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.645. **Anote-se - Arquivo-se.**

575/93: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Tomé, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.646. **Anote-se - Arquivo-se.**

573/93: De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Colméia Espírita Cristã Abigail, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.647. **Anote-se - Arquivo-se.**

636/93: De autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, mantenedora da Creche Dona Letícia, com sede e foro na Cidade de Nova Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.648. **Anote-se - Arquivo-se.**

600/93: De autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar Santo Antonio de Cambé, com sede e foro na cidade de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.649. **Anote-se - Arquivo-se.**

621/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Amparo Cristão e Creche Tia Lana, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.650. **Anote-se - Arquivo-se.**

678/93: De autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que concede o Título de Cidadão

Honorário do Paraná ao Senhor Wilson Baggio, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.651. **Anote-se - Arquivo-se.**

626/93: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim, com sede e foro em Santa Isabel do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.652. **Anote-se - Arquivo-se.**

695/93: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Japurá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.653. **Anote-se - Arquivo-se.**

593/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Godoy Moreira, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.654. **Anote-se - Arquivo-se.**

635/93: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Paranapoema, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.655. **Anote-se - Arquivo-se.**

615/93: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Organizada de Maripá - SOMA, com sede e foro na cidade de Maripá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.656. **Anote-se - Arquivo-se.**

632/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.657. **Anote-se - Arquivo-se.**

656/93: De autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente EBENEZER, com sede e foro na cidade de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.658. **Anote-se - Arquivo-se.**

659/93: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São João, com sede e foro no mesmo município, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.659. **Anote-se - Arquivo-se.**

620/93: De autoria do Deputado Edson Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Mauá da Serra, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.660. **Anote-se - Arquivo-se.**

753/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 3.300.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.677. **Ano-**

te-se - Arquivo-se.

752/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 17.100.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.676. **Anote-se - Arquivo-se.**

754/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 268.480.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.675. **Anote-se - Arquivo-se.**

751/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 259.516.640,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.674. **Anote-se - Arquivo-se.**

749/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 116.763.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.673. **Anote-se - Arquivo-se.**

750/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 87.216.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.672. **Anote-se - Arquivo-se.**

599/93: Do Poder Executivo, que acresce parágrafo ao art. 4°, da Lei n° 10.233, de 28.12.92 (Lei da Taxa Ambiental) o qual convertido em Lei tomou o n° 10.671. **Anote-se - Arquivo-se.**

498/93: De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre a transferência pelo Tesouro do Estado à FUNDEPAR dos recursos relativos ao salário-educação, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.670. **Anote-se - Arquivo-se.**

699/93: Do Poder Executivo, que reverte ao Patrimônio Estadual área de 8.494,054 m² situada no Município de Ibi- porã e autoriza a doação dessa área à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para construção de casas populares, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.669. **Anote-se - Arquivo-se.**

726/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta em 30%, a partir de 1° de novembro de 1993, os vencimentos dos Auditores e dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.667. **Anote-se - Arquivo-se.**

762/93: Do Poder Executivo, que dispõe que as alíquotas das Tabelas de que trata o art. 4° da Lei n° 7.257, de 10.11.79, com suas alterações posteriores, ficam acrescidas, na Tabela 4, classificação 4.2, da alíquota 4.2.6, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.666. **Anote-se - Arquivo-se.**

713/93: Do Poder Executivo, que altera a denominação de Cargos em Comissão na SEJU e cria cargos em Comissão na mesma Secretaria, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.665. **Anote-se - Arquivo-se.**

720/93: Do Poder Executivo, que altera, na forma que especifica, a Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o I.P.V.A., o qual convertido em Lei tomou o n° 10.664. **Anote-se - Arquivo-se.**

740/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta em 70%, a partir de 1° de janeiro de 1994, o vencimento do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.663. **Anote-se - Arquivo-se.**

737/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta em 70%, a partir de 1° de janeiro de 1994, o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.662. **Anote-se - Arquivo-se.**

616/93: Do Tribunal de Justiça, que reajusta em 30%, a partir de 1° de outubro de 1993, os valores dos níveis de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.661. **Anote-se - Arquivo-se.**

735/93: Da Procuradoria Geral da Justiça, reajusta conforme especifica, a partir de 1° de janeiro de 1994, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.678. **Anote-se - Arquivo-se.**

748/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 335.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.679. **Anote-se - Arquivo-se.**

665/93: De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a denominar Rodovia Henrique Herwig, o trecho rodoviário que liga Curitiba a Garuva (Divisa Paraná/Santa Catarina), o qual convertido em Lei tomou o n° 10.680. **Anote-se - Arquivo-se.**

540/93: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina "Tsumeto Matsubara", o trecho da PR-519, que liga Bandeirantes a Águas Yara, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.684. **Anote-se - Arquivo-se.**

736/93: Da Procuradoria Geral de Justiça, que fixa, conforme especifica, a partir de 1° de janeiro de 1994, os vencimentos básicos do Procurador-Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.685. **Anote-se - Arquivo-se.**

697/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 39.907.646,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.686. **Anote-se - Arquivo-se.**

668/93: Do Poder Executivo, que aprova

crédito suplementar no valor de CR\$ 8.944.615,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.687. **Anote-se - Arquivo-se.**

682/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 2.900.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.688. **Anote-se - Arquivo-se.**

714/93: Do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.689. **Anote-se - Arquivo-se.**

734/93: Do Tribunal de Justiça, que reajusta em 70%, a partir de 1° de janeiro de 1994, os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.691. **Anote-se - Arquivo-se.**

572/93: Do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.692. **Anote-se - Arquivo-se.**

518/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a doação do imóvel que especifica ao Município de Alvorada do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.693. **Anote-se - Arquivo-se.**

663/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matinhos, com sede e foro na Comarca de Matinhos - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.694. **Anote-se - Arquivo-se.**

643/93: De autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoolatra - ARA, com sede e foro no Município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.695. **Anote-se - Arquivo-se.**

551/93: De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Igreja Evangélica A Noiva de Cristo, com sede e foro na Cidade de Paranaguá - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.696. **Anote-se - Arquivo-se.**

274/93: De autoria do Deputado Toti Colago, que declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR Municipal de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.697. **Anote-se - Arquivo-se.**

739/93. Do Tribunal de Contas, que reajusta, conforme especifica, a partir de 1° de janeiro de 1994, os vencimentos do cargo de Consultor Técnico e dos servidores do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.698. **Anote-se - Arquivo-se.**

352/93 - De autoria do Deputado Antônio

Annibelli, que dispõe que os restaurantes, lanchonetes, pizzarias e assemelhados localizados no Estado do Paraná, destinarão, no mínimo 50% do total de seus lugares aos não fumantes e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.701. **Anote-se. Arquivo-se.**

655/93 - Do Poder Executivo, que autoriza, conforme especifica, a venda de Ações da COPEL, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.702. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob os n°s DTL/SAT/005, 010 e 011/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n°s:

399/93 - do Poder Executivo, que cria, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em Comissão de Suplente de Delegado, símbolo 9-C, e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o n° 10.704. **Anote-se. Arquivo-se.**

646/93 - De autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina "Rodovia Floriano da Rocha Walter", o trecho que liga o perímetro urbano do município de Luiziana ao trevo de acesso ao referido Município, na PR-487, (Rodovia Campo Mourão-Iretama), o qual convertido em Lei tomou o n° 10.708. **Anote-se. Arquivo-se.**

652/93 - De autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina "Rodovia Januário Chiulli" o trecho entre o trevo à PR-468 (Janiópolis-Boa Esperança), saindo da BR-369 (Campo Mourão-Cascavel), até a BR-272 (Campo Mourão-Goiourê), o qual convertido em Lei tomou o n° 10.709. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o n° 2135/93, do Senhor Rafael Iatauro- Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, sobre "Convênio ou Contrato com alguma Empresa Médica ou algum Seguro Saúde para atendimento Médico de Funcionários". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 5000/93 - do Senhor Mauro Rocha - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio ao Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "Ocorrências de Princípio de Incêndio nas Dependências do Palácio Iguagu, em data de 02.11.93". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 5005/93, do Senhor Caio Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Ovídio José Constantino ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, pe-

dindo esclarecimentos sobre "O que prevê o Art. 10 e Parágrafo Único das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5044/93 - do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, ao Secretário de Estado do Transportes, pedindo esclarecimentos sobre "Contratos Firmados entre a APPA e Empresas Prestadoras de Serviços". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5048/93- do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Valderi Vilela, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre "Construção da Delegacia e Cadeia Pública em Andirá". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5056/93, do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio, ao Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "Denúncias envolvendo a SERLOPAR". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5089/93 - do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Mário Bezerra, à Casa Civil, pedindo esclarecimentos sobre "O rima da Usina de Salto Caxias. Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5097/93 - do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, pedindo esclarecimentos sobre "Ligações de Água, feitas em conjuntos Habitacionais construídos pela Caixa Econômica Federal, COHAPAR, COHALAR e Empreiteiras, no período de 1990-1992 no Estado". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5107/94- do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Paulo Maia, ao Secretário de Estado da Fazenda, pedindo esclarecimentos sobre "Informações diversas, acerca das modalidades de suas loterias e seu balanço financeiro nos últimos três (03) anos. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 5114/94, do Senhor Caíto Quintana- Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Paulo Maia, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre "Agressão a Menor em Jacarezinho" Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATG 0909/94 - do Senhor Go-

vernador do Estado, encaminhando Relatórios Anuais das Secretarias de Estado, Secretarias Especiais, Companhia Paranaense de Energia e Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento ao artigo 90, inciso III, da Constituição Estadual. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Of. 003/94-CS

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, a minha filiação ao partido da Frente Liberal- PR, PFL, para constar e ao que se fizer necessário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) CARLOS SIMOES

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, INDICA o Deputado Luiz Carlos Martins, para constituir Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná, em métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a PAULO MAIA

Líder do PDT.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, INDICA o Deputado Florisvaldo Fier-Doutor Rosinha, para constituir Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná, em métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Líder do PT.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, INDICA o Deputado Ovídio Constantino, como Suplente, para constituir Comissão Parlamentar Especial encarregada de estu-

dar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná, em métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Líder do PT.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, ouvido o douto Plenário, que o Projeto 121/93, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, nos exatos termos do art. 121, do Regimento Interno, abaixo transcrito, seja juntado ao Projeto de Lei n° 468/93, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, para que ambos sejam transformados num só e mereçam, das Comissões Permanentes competentes, pareceres não conflitantes.

RI - Art. 121.

Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só".

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a devolução sumária da documentação original enviada a esta Assembléia Legislativa pela Ouvidoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As razões de tal devolução estão fulcradas nos seguintes termos:

- Com base nos dispositivos legais contidos no art. 216, § 2° da Constituição Federal, "in verbis":

"Cabem à Administração Pública, na forma da lei a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem".

No mesmo sentido, o Artigo 191 da Constituição do Estado do Paraná, "atribui ao Estado a preservação dos bens e documentos que interessem ao acervo público".

Em sendo assim, nota-se claramente que o Poder Executivo atropelou de forma explícita os ditames legais e constitucionais.

Ademais, Senhor Presidente, faz-se mister destacar com todas as letras, que o contido no requerimento de n° 4289, em nenhum momento requereu documentos e processos originais. Por outro lado, não foi objeto do pedido de informações, que se remetessem os documentos que estão estocados na 1ª Secretaria desta Assembléia.

Isto posto, é inconcebível recebê-los, visto que a Ouvidoria não cumpriu os requisitos contidos no requerimento aprovado em Plenário.

Finalmente, Senhor Presidente, é lamentável que a coisa pública seja tratada com o descaso como o Governo do Estado a vem tratando. Aliás, este episódio retrata muito bem a falta de responsabilidade do atual Governo, quando deveria agir no cumprimento de suas obrigações. Prefere o Governador, na vazão de sua idiossincrasia pessoal, dispor dos bens do Estado, com o mesmo conceito da propriedade particular.

Os documentos não pertencem ao Governador, nem ao Senhor Ouvidor, mas são bens do Estado, e eles, segundo determinação constitucional, são os responsáveis, gestores e têm a obrigação de preservá-los.

Devem pois, ser incontinentemente devolvidos a Ouvidoria e esta, cumprir sua obrigação, sob pena de crime de responsabilidade (art. 90, da Constituição Estadual do Paraná), prestar as informações solicitadas.

REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratar de interesse particular, no período de 22 de fevereiro a 03 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO N° 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eugênia de Oliveira Lopes, ocorrido no dia 02 de fevereiro do corrente ano, nesta capital.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 068

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Tauchmann, aos 76

anos de vida, ocorrido nesta capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, votos de congratulações e o envio de cumprimentos ao jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho - Digníssimo Diretor do Jornal Gazeta do Povo, pela passagem do 75° aniversário de fundação do maior jornal do Estado do Paraná.

Requer ainda, que as manifestações em apreço sejam extensivas aos familiares dos fundadores da Gazeta do Povo - Drs. Oscar Joseph de Plácido e Silva e Benjamim Lins - através do envio de cumprimentos à jornalista Juril de Plácido e Silva Carnasciali, bem como a todos os funcionários e representantes desse magnífico jornal.

"O maior jornal do Paraná" hoje, nasceu do idealismo de dois grandes homens do Direito - Dr. Oscar Joseph de Plácido e Silva e Dr. Benjamim Lins - que, movidos pela vontade de provocar cultura, informação e lazer a toda a população, criaram no dia 03 de fevereiro de 1919 a "Empresa Gráfica Paranaense De Plácido e Silva & Cia. Ltda.".

Funcionando, inicialmente, num prédio na Rua Dr. Muricy, entre a Rua XV de Novembro e a Praça Zacarias, a editora mudou de endereço várias vezes, até se fixar na Praça Carlos Gomes, n° 04.

Em 1962, Francisco Cunha Pereira Filho assumiu o controle da empresa com o compromisso de manter acesos os ideais lançados pelos fundadores.

Com uma administração empreendedora, humana e moderna, Francisco Cunha Pereira Filho, além da valorização do pessoal, investiu na modernização das máquinas, procurando atender os leitores quanto à qualidade gráfica.

Considerado o 5° maior jornal do Brasil, a Gazeta do Povo é, sem dúvida, hoje, o maior jornal do Paraná, com tiragens superiores a 130 mil exemplares e edições com até mais de 280 páginas padrão.

Nestes 75 anos de existência, a Gazeta do Povo não só buscou responder aos desafios do dia-a-dia levando a informação exata aos seus leitores e anunciantes, como também participou ativamente formando opinião e defendendo os interesses primordiais do Paraná - como por exemplo: a luta

contra a divisão territorial do Paraná, a defesa do xisto e TECPAR, os royalties sobre a produção elétrica da Usina de Itaipu - ou então os grandes interesses e lutas nacionais, como por exemplo a ação de mobilização contra a fome e a miséria encetada em colaboração com o sociólogo Betinho.

Pela magnitude do trabalho desenvolvido em prol do povo paranaense, pelas lutas abraçadas e bandeiras levantadas, mas principalmente pelo carinho com que trata seus leitores a quem leva, sempre, a informação correta, sem tendências, sem sensacionalismo; a informação comprometida apenas com a verdade, com a ética jornalista e com o respeito a todos os seus leitores; é que, hoje, rendemos a nossa homenagem à Gazeta do Povo, que consideramos como um dos patrimônios da cultura do povo paranaense.

Da decisão do Plenário, requer ainda, seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Francisco Cunha Pereira Filho - Diretor da Gazeta do Povo e à jornalista Juril de Plácido e Silva Carnasciali - descendente dos fundadores da "Empresa Gráfica Paranaense De Plácido e Silva & Cia. Ltda.".

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, ao empresário Senhor Abílio Abreu Neto, que assumiu em janeiro, a Presidência da ADEC - Associação dos Amigos de Caiobá, e extensivo a todos os integrantes da Diretoria.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado por esta Casa Legislativa, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Senador José Eduardo de Andrade Vieira, pela sua brilhante atuação durante o interregno de tempo que esteve como Ministro à frente do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Basta lembrar do entusiasmo que Sua Excelência manteve ao traçar uma política econômica de novos horizontes para a cafeicultura nacional e internacional, dando a elas perspectivas melhores no comércio exterior e por isso se fazendo reconhecer, junto aos membros da comunidade cafeeira, como um dos seus defensores mais legítimos.

Igualmente eficiente e de alto sentido social e econômico, seu trabalho de mediador entre os Governos Federal e Estaduais e o setor automobilístico, que propiciou a garantia de empregos até sua elevação, com a manutenção de menores preços para o produto industrial.

Sem sombra de dúvida a atuação do Senador José Eduardo de Andrade Vieira, um paranaense de boa cêpa, honrou no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, com seu trabalho a confiança de milhares de brasileiros que passaram a admirá-lo e respeitá-lo como uma liderança nacional independente, dinâmica e honesta que dignificou o Estado do Paraná.

Requer-se finalmente que da aprovação deste se dê conhecimento a Sua Excelência.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 065

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em ata dos trabalhos desta sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria e João Aledi, que completaram 64 anos de feliz união conjugal no dia 23 de novembro de 1993, comemorando desta forma "Bodas de Diamante". Renovaram seu propósito de amor e fidelidade a Cristo, fato este muito louvável e muito importante, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 64 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo união e alegria ao seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar e manifestar muito amor no casamento, e conseqüentemente, educar com carinho e honradez seus dois filhos, João Maria e Cléria Aledi.

A ligação com Deus é vital no matrimônio, e a fé esteve presente no dia-a-dia do casal. O casal sempre esteve e permanecerá unido, mantendo acesa a chama do amor que vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Maria e João Aledi na comemoração dos 64 anos de um enlace bem estruturado e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que, através do órgão competente, seja viabilizada a doação de

um veículo para o Sindicato dos Arrumadores e Trabalhadores no Comércio Armazenador de Maringá.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Pedro Manoel da Silva - Digníssimo Presidente do Sindicato dos Arrumadores e Trabalhadores no Comércio Armazenador de Maringá, à Rua Mal. Mascarenhas de Moraes, 726 - Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) JOAO PREIS

REQUERIMENTO N° 044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, e ao Excelentíssimo Senhor Coronel Eugênio Semmer, Digníssimo Comandante do Policiamento do Interior, solicitando o aumento do efetivo da P.M. (Polícia Militar), no Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antenor Bonfim, reiterando pedido, solicitando para esse ano de 1994, um aumento nos valores pagos no convênio mantido com a Associação de Moradores do Bairro Alto, em Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Senhor Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, reiterando pedido, para a liberação de recursos financeiros à Prefeitura Municipal de Matinhos, para a construção de um Terminal Rodoviário, naquele município.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Coronel Eugênio Semmer, Digníssimo Comandante do Policiamento do Interior, reiterando pedido, para a instalação de um posto policial, na localidade de Tagaça de Cima, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUN-DEPAR, reiterando pedido, no sentido de que as crianças de Guaratuba, recebam o Kits Escolar.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário de Trabalho e da Ação Social, reiterando pedido, solicitando a liberação de recursos para Associação dos Moradores de Bairro Alto, entidade mantenedora de uma Creche, em Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, reiterando o pedido, para que o Município de Guaraqueçaba, receba a doação de uma ambulância.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Mui Digno Diretor da TV Paranaense - Canal 12, e do Jornal Gazeta do Povo, e extensivo a todos os funcionários, pelo excelente resultado conseguido com a programação "Viva Mais o Verão", nessa temporada de

verão em todo o litoral paranaense, divulgando com muita amplitude o Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Deputado Federal Nelson Jobim, Relator da Revisão Constitucional, solicitando reestudo na emenda que diminui o número de vereadores e a retirada de seus subsídios, para os municípios com menos de 10 mil habitantes.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, são inúmeras as correspondências que temos recebido de todo o Estado do Paraná, com respeito a Emenda que tramita pelo Congresso Nacional, que reduz o número de cadeiras para o Legislativo e retira os subsídios para os municípios com menos de 10 mil habitantes.

Na defesa de todos os vereadores do Estado do Paraná e do País, estamos contestando veementemente tal propositura, pelos motivos que passamos a expor: 1) O vereador é o mais lúcido representante dos anseios populares; 2) O vereador é o homem público que está diuturnamente em contato com a sua comunidade, à sua disposição; 3) O vereador é o pára-choque de todos os homens públicos que ocupam cargos superiores, tornando-se um dos mais importantes elos de ligação entre o povo e o governo; 4) O vereador é o referencial de uma comunidade de um distrito, de um bairro ou de um grande centro; 5) O vereador é o primeiro homem público que a comunidade procura, seja para pedir, para contestar ou para sugerir; 6) O vereador serve, em diversas ocasiões de motorista, fazendo de seu carro táxi gratuito para transportar mulheres grávidas, pessoas doente, feridas ou até mesmo para transportar aposentados que vão em busca de suas minquadas aposentadorias; 7) O vereador exerce funções diversas em suas comunidades, como delegado de polícia, presidente de igreja, de APMI, de APAE, etc. 8) O vereador é a esperança de muitas comunidades interioranas que vê nele, o abrandamento de suas angústias, de suas dificuldades, de suas aflições; 9) O vereador se desloca, muitas vezes, de longas distâncias para participar das sessões da Câmara Municipal, etc. etc. etc...

Não foi o vereador que "quebrou" a previdência social e nem foi o vereador

que manipulou as verbas da União.

Por estes e por tantos outros motivos é que nos posicionamos visceralmente contra esta intenção que vai à discussão no Congresso Nacional; mesmo porque, trata-se de uma ingerência que violenta um dos mais sagrados princípios que é a autonomia dos Municípios.

Quem sabe o que é bom para o seu município é o povo que nele vive, são os Poderes legalmente constituídos e ninguém mais.

Aos finalizar, pedimos a reflexão dos nobres pares, tanto desta Casa de Leis, quanto do Congresso Nacional, para que não se cometa essa violência contra a autonomia, a liberdade, a democracia.

Muito obrigado Senhores Deputados.

REQUERIMENTO N° 061

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido que atender o pedido feito pelos moradores da Rua das Laranjeiras, localizada na Colônia Gabriela, quanto a colocação de lâmpadas nesta rua.

Afirmam que a iluminação no local é insuficiente, prejudicando muito os jovens que trabalham durante o dia e querem estudar à noite e não o fazem porque não têm coragem de sair de suas residências, com medo de serem assaltados e agredidos por marginais.

Todos os moradores estão sendo prejudicados pela falta de iluminação pública, e eles pedem que pelo menos sejam colocadas as lâmpadas alternadamente, pois já solucionaria em parte o problema.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 062

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do Ônibus Araucária-Pirneirinho, para que o mesmo tenha porto dentro do terminal, tendo em vista que eles precisam pagar duas passagens para chegar em Curitiba.

Os usuários pedem que seu pedido seja atendido, uma vez que o transporte de Araucária a Curitiba torna-se muito oneroso, prejudicando a vida de todos.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 063

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Matinhos, no sentido de que seja atendido o pedido feito por um proprietário do Balneário Inajá, quanto a abertura de uma rua que consta na planta da Prefeitura de Matinhos, denominada rua Simone, mas que até o presente momento não existe.

O nome do proprietário é Luciano Correia Neto e seu lote é o de n° 11 da quadra 5 - Balneário Inajá.

Pede que sua solicitação seja atendida, uma vez que facilitará o tráfego das pessoas que lá têm propriedades.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 064

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do Ônibus Cachoeira para que o mesmo faça o trajeto até o Supermercado Santa Helena, localizado na rua Professor Alberto Piekas, no bairro Graziela no Município de Almirante Tamandaré.

Os usuários pedem que seu pedido seja atendido pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 066

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da rua Iracema, localizada no bairro Rio Verde, quanto a execução de melhorias nesta rua, sendo que a mesma está cheia de buracos, prejudicando muito o acesso das pessoas e dos veículos. Pedem também que seja sanado o problema da iluminação pública, a qual encontra-se muito deficitária, tornando o local perigoso à noite.

Pedem que seu pedido seja atendido o mais breve possível, uma vez que muitos transtornos estão sendo causados devido

aos dois problemas relatados.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 067

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Rio Custódio, proximidades do n° 46, localizada no Jardim Santa Maria, quanto a colocação de anti-pó num pequeno trecho desta rua. Afirmam os moradores que quase toda a rua tem anti-pó, e que só falta um pouco para que seja completo.

Pedem que seu pedido seja atendido, uma vez que beneficiará os moradores do local e outras pessoas que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 069

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido feito pela moradora da Vila Nossa Senhora da Luz, Sra. Maria Guilherme Gonçalves, quanto a intensificação de policiamento naquela vila. Afirmam a Sra. Maria que ela já foi atingida no joelho por um rapaz que estava na rua brigando.

Pede que seu pedido seja atendido, uma vez que toda a população está propensa ao perigo lá existente.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 070

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da V. Concórdia, localizada da CIC, quanto a colocação de hidrômetro nesta vila. A falta de água tratada está causando muitas doenças, principalmente nas crianças que lá residem.

Temos a esclarecer que a Vila Concórdia localiza-se entre o contorno Sul e a Rua Cid Campello, ao lado do antigo aterro sanitário da CIC.

Pedem os moradores que seu pedido seja

atendido, tendo em vista que com a chegada do verão o problema se agravará, e conseqüentemente, a propensão de contração de doenças aumentará sensivelmente.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 071

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Olaria, os quais solicitam que a ponte sobre o rio Atuba que divide Curitiba e Colombo seja refeita urgentemente. Os moradores das proximidades afirmam que esta ponte é intensamente utilizada por muitas pessoas e que por estar totalmente danificada, uma menina caiu no rio e acabou morrendo afogada. Vários pedidos já foram feitos pelos moradores diretamente à Prefeitura, mas infelizmente não foram atendidos.

Solicitam que providências sejam tomadas o mais breve possível, antes que algum outro acontecimento grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 073

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário informações ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, quanto ao Boletim n° 28 da Polícia Militar do Paraná, que determina ao Comando de Policiamento da Capital o desdobramento da Companhia de Polícia Feminina:

Quais as razões que levaram o Comando da Polícia Militar a tomar esta decisão?

Quais as conseqüências para as atuais Policiais Militares do ponto de vista do trabalho e da carreira?

Como ficará a incorporação de novas Policiais na Polícia Militar?

No próximo concurso, haverá vagas para as Policiais Femininas no vestibular unificado para Escolas de Oficiais?

Se realmente vai haver a unificação de quadros, com as Policiais passando a integrar o quadro de Oficiais?

Estará garantida a igualdade de oportunidade de ascensão na carreira após esta medida?

Como?

E, ainda, outras informações que poderão elucidar o porquê desta decisão.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

No dia 10 do corrente, a comunidade foi surpreendida com a decisão do Comandante da Polícia Militar do Paraná, Cel. Miguel Arcanjo Capriotti, que através do Boletim nº 28 determinou ao Comando de Policiamento da Capital o desdobramento da Companhia de Polícia Feminina.

Essa decisão fere a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, de nº 6.774/76, e o Decreto nº 3.413, de 21.07.84, que transformou o Pelotão Feminino em Companhia de Polícia Feminina, pois com este desdobramento ocorrerá a extinção da Companhia uma vez que suas garantias como aquartelamento próprio, autonomia, comando próprio e efetivo próprio passam a não existir.

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente documento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia, do teor da proposta intitulada "Diretrizes e Recomendações à Sociedade, à Família e, principalmente, ao Estado", formulada pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social e já aprovada por ocasião do Seminário "O Menino e a Rua" evento levado a efeito pela Fundação no período de 06 a 08 de dezembro de 1993, nesta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social ao promover o Seminário "O Menino e a Rua" mostrou preocupação com os asoberbados problemas que envolvem nossa sociedade no tocante ao resgate dos justos direitos da criança e do adolescente, desumanamente excluídos da participação do processo de dignificação humana.

É o motivo que nos leva a sugerir este requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 016/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Sengés, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade, caracterizando-se como lote de terras, com área de 883,00 m., dividindo-se ao norte com a data nº 109, ao sul com a rua do Expedicionário Anélio da Luz, antiga rua Itararé, ao nascente com a data nº 104, ao poente com a data nº 102, objeto de transcrição nº 31, conforme consta no livro 3, fls.8, nº 37, do cartório de regis-

tro de imóveis do Município de Sengés, sendo posteriormente objeto de matrícula nº 1712/88 - protocolo nº 5881, pag. 199, livro 1-A, do mesmo cartório de registro imobiliário.

Art. 2º - O imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, será utilizado para a construção do Posto Municipal de Saúde que, além de atender às necessidades da população, destinar-se-á especialmente aos estudantes universitários das redes Estadual e Federal de Ensino, estagiários da área biológica.

Art. 3º - Fica o imóvel gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O imóvel retro mencionado, pertencente ao patrimônio do Estado, por encontrar-se sem uso, e localizar-se no perímetro urbano da cidade de Sengés, será de grande utilidade tanto para a população local, quanto para os estudantes universitários, já que no imóvel será construído um Posto de Saúde, destinado especialmente aos estagiários da área biológica.

Deste modo, solicitamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres pares com assento nesta Casa, ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 018/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais, com sede no Município de Pinhais e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais vem desenvolvendo inúmeras atividades de assistência social, destacando-se o atendimento a idosos e crianças carentes.

De fevereiro a dezembro de 1993 foram realizadas diversas reuniões com 30 idosos nas quais foram desenvolvidos trabalhos de artesanato, costura, tricô e crochê. Com estes trabalhos foi possível organizar um bazar cuja renda foi revertida para manutenção da própria entidade, cobrindo assim

as despesas com os idosos, como remédios, óculos, xerox de documentos, carteiras de identidade e certidões de nascimento.

Além disto, o grupo de idosos mantém uma Horta Comunitária, supervisionada por um dos membros do grupo, sendo as verduras repartidas entre eles próprios.

Deve-se ressaltar também que nos meses de maio e setembro ocorreram enchentes que atingiram boa parte da população carente situada não apenas às margens do rio Atuba, mas numa extensa região, e a referida Associação realizou conjuntamente com a Paróquia Bom Pastor, um amplo trabalho de atendimento, com remédios e alimentos doados pela comunidade.

É importante citar que a partir do mês de agosto, foram realizados almoços para crianças carentes de 02 a 13 anos, nos quais compareceram de 30 até 50 crianças. Para realizar este trabalho a Associação arrecadou alimentos com os moradores e Supermercados da Região.

Muitas outras atividades foram desenvolvidas com os idosos e crianças, que constam em relatório mais detalhado, trazendo muitos benefícios a todos eles. Portanto é justo que esta Associação receba o seu merecido reconhecimento como órgão de Utilidade Pública, cumpridor de sua missão junto à comunidade.

PROJETO DE LEI N° 019/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Pato Branco- Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Lar do Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Pato Branco - PR, fundado em 12 de fevereiro de 1988, com estatuto registrado no Diário Oficial n° 2750, de 13.04.88, inscrição no C.G.C./MF, sob n° 78.685.518/001-01, é uma entidade que desenvolve um trabalho relevante na área social conforme relatório de atividades anual em anexo.

De acordo com o Artigo 36° do Estatuto Social, a entidade não remunera em hipótese alguma, qualquer ocupante de cargos na Diretoria ou mesmo sócios. Todos desempenham suas funções voluntariamente.

Verificando a documentação em apenso, é justa a reivindicação de tornar-se entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 020/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação, a implantar o Ensino de 2° Grau, no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A educação, direito de todos, assegurada constitucionalmente, garantindo o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, facilitando o acesso e permanência na escola.

O Projeto de lei que ora apresentamos, tem por finalidade preencher uma lacuna existente no sistema de ensino do Distrito de São Lourenço, propiciando aos estudantes da localidade, condições de concluir o Curso de 2° Grau.

Convém informar, por essencial, que o referido Curso de 2° Grau deverá funcionar, quando implantado, nas dependências da Escola Estadual de São Lourenço.

Através da implantação do ensino de 2° Grau no já citado Distrito, certamente haverá uma sensível melhora na qualidade de vida da população, notadamente porque atenderá uma antiga reivindicação daqueles cidadãos.

Sendo assim, de relevante importância a medida proposta, solicitamos o apoio dos nobres Pares em assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 021/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública a Ação Comunitária Santana, com sede no Município de Sappema.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é entidade civil, sem fins lucrativos, voltado para a promoção humana, promovem campanhas de conscientização com relação a produtividade e vida social e emocional.

Suas finalidades e atribuições encontram-se claramente definidas no estatuto e, enquadradas nos dispositivos exigidos pela lei para sua decretação como de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 022/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Medicina de Tráfego - APRAMET, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A referida associação, fundada em 21 de novembro de 1992, com sede na Cidade de Curitiba, sem finalidades lucrativas e tem por finalidade formar e congregar especialistas em Medicina de Tráfego em todo o Estado.

Tendo em vista o mérito da associação em tela, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 023/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASPRECES - Associação de Esposas dos Prefeitos da Região Centro Sul do Paraná, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A ASPRECES fundada em 07.10.87, com sede no Município de Irati, é uma sociedade civil, sem finalidades lucrativas, político-partidária ou religiosas, com prazo de duração indeterminado.

Algumas de suas finalidades são: promover o conagraamento de seus membros; permitir a troca de idéias e experiências dos membros da Associação, com respeito a iniciativas de ordem social e de saúde desenvolvidas em cada município da jurisdição; promover e contribuir com o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e o bem-estar da comunidade que representam; colaborar com os poderes públicos, entidades e associações existentes na região, para solução dos problemas que eventualmente possam ocorrer; enfim, atividades que merecem todo nosso respeito, motivo pelo qual pedimos a aprovação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 024/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - com sede e foro no Município de Chopinzinho - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A A.P.A.E. de Chopinzinho, foi registrada em 30.03.1990, e tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Tem-se nesta prática social o princípio da moral cristã, como exercício pleno da solidariedade e respeito ao próximo e de forma muito especial às nossas crianças excepcionais.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, embasada em atividades das mais nobres, motivo pelo qual pedimos sua aprovação pelos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 025/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Programa do Voluntariado Reservense - PROVOPAR - Ação Social", com sede e foro na Cidade de Reserva.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Programa do Voluntariado Reservense - PROVOPAR - Ação Social, fundado em 11 de março de 1992, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Reserva, à Av. Cel. Rogério Borba, está registrado sob o n° 23, fls. n°/21, do livro A-I, do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Reserva.

O Programa do Voluntariado Reservense tem por escopo a valorização da pessoa humana, por meio do atendimento à criança carente, o idoso e o deficiente através da ação do voluntariado de apoio a diferentes entidades sociais do Município de Reserva.

Do exposto, tendo em vista que a sua diretoria não é remunerada ou recebe benefícios de nenhuma forma, bem como seus associados, na forma da documentação em anexo, que está de acordo com a Lei n° 6.994/78, esperamos a aprovação do Plenário dessa Casa, da sua declaração de Utilidade Pública do Estado.

PROJETO DE LEI N° 026/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá", com sede e foro na Cidade de Andirá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94

(a) HERMAS BRANDAO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá - APAE, fundada na Cidade de Andirá, em 07 de dezembro de 1991, é uma sociedade civil de caráter assistencial, com sede e foro na Cidade de Andirá, à Av. Goiás, 565 e, devidamente, registrada sob o n° 1.564, fls. 18 v, livro A-I, no Registro Civil, Títulos, e Documentos da Comarca de Andirá. É reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal n° 1.063, de 18.02.92.

A APAE de Andirá tem por objetivo manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados no tratamento, educação, habilitação, reabilitação e integração social do excepcional.

Visando atingir suas finalidades mantêm desde 02.04.1992, a Escola Especial "Raio de Luz", voltada a proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento pleno da potencialidade do excepcional, sua qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Assim, tendo em vista que a sua diretoria não possui nenhuma forma de remuneração ou benefícios, bem como seus associados, na forma da documentação em anexo, que está de conformidade com a Lei n° 6.994/78, aguardamos a aprovação do Plenário dessa Assembléia Legislativa, a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 027/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tapira, com sede e foro no Município de Tapira.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição tendo em vista que a entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho junto às mães e à infân-

cia em geral, e ainda presta amparo à adolescência e à velhice, zelando pela saúde, pelo bem-estar, pela assistência educacional gratuita e pelo desenvolvimento da cultura e as necessidades da criança e da gestante. Isso se fará sem qualquer tipo de discriminação, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, como também, sem fins lucrativos.

Atende também as crianças carentes de 0 a 6 anos de idade cujas mães trabalham como diaristas, proporcionando-lhes segurança, alimentação adequada, noções de higiene, hábitos de atitudes, apoio psicopedagógico, instrução a nível de pré-escolar, apoio de reforço nas atividades diárias, como também, incentivá-las à socialização através do lazer e convívio com os demais. Encaminhamento odontológico e médico, como também controle de peso, verminose e anemias.

Proporcionar aos idosos encontros recreativos, esportivos, de lazer e cultural, a fim de resgatar, nos mesmos, o desenvolvimento de suas potencialidades e a alegria de viver.

Desenvolver junto às mães, programas de profissionalização e de conscientização nas áreas de saúde, higiene, alimentação, política e trabalho.

PROJETO DE LEI N° 028/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo Único - O Artigo 1° da Lei n° 8389 passa a ter a seguinte redação:

Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Investigadores da Polícia Civil do Estado do Paraná", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(a) RENATO ADUR

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de deixar registrada nos anais da Casa, a presença do grande companheiro, amigo nosso João Ribeiro Dallegrave, que se encontra aqui na Tribuna de Honra.

Sua presença é uma honra para nós deste Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, tenho recebido em meu gabinete parlamentar, inúmeras correspondências de todo o Estado do Paraná, pedindo um posicionamento com respeito à

Emenda que tramita pelo Congresso Nacional, que reduz, através da revisão constitucional, o número de Vereadores e retira seus subsídios, para os municípios com menos de 10 mil habitantes.

Fui Vereador por 10 anos na minha querida Irati e sei muito bem o que representa o trabalho de um Vereador para seu município:

1) O Vereador é o mais lúdimo representante dos anseios populares;

2) O Vereador é o homem público que está diuturnamente em contato com a sua comunidade, à sua disposição;

3) O Vereador é o pára-choque de todos os homens públicos que ocupam cargos superiores, tornando-se um dos mais importantes elos de ligação entre o povo e o governo;

4) O Vereador é o referencial de uma comunidade, de um distrito, de um bairro ou de um grande centro;

5) O Vereador é o primeiro homem público que a comunidade procura, seja para pedir, reivindicar, contestar ou sugerir;

6) O Vereador serve, em muitas vezes, de motorista fazendo de seu carro um táxi gratuito para transportar mulheres grávidas, pessoas doentes, feridas ou até mesmo para transportar aposentados que vão em busca de suas minguadas aposentadorias;

7) O Vereador exerce funções diversas em suas comunidades, tais como de delegado de polícia, de presidente da igreja, de presidente de A.P.M.I, de presidente de A.P.A.E, etc;

8) O Vereador é a esperança de muitas comunidades interioranas que vê nele; o brandamento de suas angústias, de suas dificuldades, de suas aflições;

9) O Vereador se desloca, muitas vezes, de longas distâncias para participar de sessões na Câmara Municipal, etc. etc.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, não foi o Vereador que "quebrou" a Previdência Social deste País. E nem tampouco foi o Vereador que manipulou as verbas do orçamento da União.

Esta ingerência, estes comentários que se fazem, principalmente através do relator da Revisão Constitucional, Deputado Federal Nelson Jobim, de reduzir o número da Bancada dos Municípios com menos de 10 mil habitantes, até pode! Mas, reduzir, ou melhor, excluir do pagamento dos seus subsídios é uma ingerência que violenta um dos mais sagrados princípios da democracia, que é a autonomia dos municípios. Quem sabe o que é bom para seu município e sua população, é seu poder legalmente constituído e ninguém mais.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, é que somos visceralmente contra esta intenção. E eu faço aqui um apelo,

principalmente para a Bancada Municipalista, que foram Vereadores, muitos deles, que foram prefeitos do interior do nosso Estado, que integrem e passem a fazer parte deste movimento, contrários ao que está acontecendo através da intenção do relator Nelson Jobim, porque nós temos que, independentemente de município grande, médio ou pequeno, nós temos que respeitar a autonomia dos municípios. E, principalmente, daqueles que representam com muita humildade e dignidade o seu povo, a sua gente, nas Câmaras Municipais.

Estou encaminhando requerimento que vai ser lido, logo após. Gostaria de receber o apoio de V.Exas. Mas, além do apoio, que se manifestem através de telegramas, fax, à Bancada Federal nossa, em Brasília, sob pena de amanhã ou depois todos nós, principalmente quem vai correr o Estado em busca de uma reeleição, receber uma resposta daquele que está nos representando, porque é o Parlamento Municipal, perguntando qual foi a nossa ação com relação a isto que vem acontecendo no Congresso Nacional.

Fica aqui, portanto, o meu apelo, o meu pedido, em nome do Bloco Municipalista. E espero, evidentemente, que seja aprovado o nosso Requerimento e haveremos de pelo menos fazer a nossa parte e sensibilizar o Congresso Nacional, principalmente o Relator, Deputado Nelson Jobim, para que retire da sua pauta esta ingerência sua ou do Congresso na autonomia dos municípios. Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos de imediato ao horário destinado às Lideranças.

Consultamos o PP se deseja fazer uso do seu Horário. Concedem a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos nesta oportunidade desejar a todos os companheiros desta Casa, um feliz retorno às suas atividades parlamentares na certeza de que haveremos de consagrar este ano de 1994 um ano como consagramos através do trabalho desse Poder Legislativo o ano de 1993. E chegamos após o recesso sem dúvida cheios de vontade, querendo continuar o nosso trabalho como sempre fizemos, dedicando-se aos interesses da sociedade e da população do nosso Estado. Chegamos cheios de alegria, de felicidade, uma vez que tivemos esta felicidade de ver estampados na imprensa do nosso Estado as pesquisas recentemente efetuadas; e nela se consagra o Líder maior do nosso

Partido, ex-Governador Álvaro Dias, des-
pontando na preferência para Governo do
Estado. Isso estimula os companheiros do
nosso Partido, uma vez que ainda não ofi-
cializou a sua candidatura a Governador do
Estado já as pesquisas o apontam com a vi-
tória já no 1º turno das eleições de 1994.
E nós entendemos e reconhecemos que isto é
fruto de um trabalho de seriedade, fruto
de um currículo Político invejável a todos
os Estados brasileiros.

Queremos reafirmar que sempre coloca-
mos a nossa posição muito clara nesse Po-
der Legislativo de que o nome do Ex-Gover-
nador Álvaro Dias indiscutivelmente é o
nome imbatível para as eleições de 1994 ao
Governo do Estado. Isto demonstra, através
das pesquisas, de que o Paraná existe no
seu eleitorado, um eleitorado altamente
consciente e politizado de saber e reco-
nhecer de que quem já passou pelo Palácio
Iguaçu, demonstrou a sua competência e a
sua seriedade, o povo do Paraná está pre-
parado para votar, elegendo novamente se
assim for candidato o ex-Governador Álvaro
Dias.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ain-
da no horário das Lideranças Deputado
Élio Rusch do PFL.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Senhora
Deputada, Srs. Deputados, 1994, último
ano desta legislatura, ano em que muitas
surpresas haverão de acontecer e mudanças
até profundas, acredita-se que na adminis-
tração pública a nível Estadual e também a
nível Federal; ano de eleições, e ano de
eleições cada homem público, cada político
procura ocupar o seu espaço dentro da sua
sigla Partidária, dentro da sua comuni-
dade, ou mesmo dentro do Estado. Isso tem
acontecido ao longo da vida pública, e os
anos têm exatamente provado isso que nós
afirmamos.

A Assembléia Legislativa em 1994 na
verdade, a sua composição nos mais diver-
sos Partidos é bem diferente do que 1991
quando nós assumimos a cadeira aqui na As-
sembléia Legislativa. Em 1991 a formação
dos Partidos era bem diferente a de 1994,
diversos Deputados optaram por novas si-
glas Partidárias. E neste momento, Sr.
Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria
de fazer um registro especial a um Deputa-
do desta Assembléia: ao Deputado Carlos
Simões, que foi eleito em 1988 como segun-
do Vereador mais votado na capital do Es-
tado. Dois anos de atuação na Câmara Muni-
cipal desta Capital, Carlos Simões lança-
-se candidato a Deputado Estadual por nos-
so Estado e foi o segundo mais votado da
Assembléia Legislativa em 1990 e o mais
votado no PMDB nas eleições do dia 3 de

outubro de 1990.

Carlos Simões deixa o PMDB e ingressa
no PL. Carlos Simões procura exatamente
uma sigla partidária e um conjunto de com-
panheiros que pudesse exatamente expressar
os seus sentimentos, os seus pensamentos e
aquele partido que melhor oferecesse as
condições dentro da sua ideologia.

E Carlos Simões agora, nos últimos
dias, escolhe o PFL e faz a sua filiação
na Frente Liberal.

A você, Carlos Simões, seja bem-vindo
ao nosso Partido, porque homem igual a
Vossa Excelência só pode engrandecer e
enaltecer o trabalho de um Poder e princi-
palmente engrandecer ainda mais as filei-
ras do nosso Partido.

Bem-vindo e sucesso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ain-
da no Horário das Lideranças: PT, PL -
(Declinam).

PDT com a palavra. Deputado Paulo
Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, causa-nos uma certa preocu-
pação e tenho certeza que também esta As-
sembléia, sobre a notícia publicada no dia
19 deste mês pelo Jornal Folha de Londri-
na, dizendo da ameaça que sofre o Sindi-
servidores.

Nós passamos a ler na íntegra, para
que se registre nos Anais da Casa, visto
que compete a Secretaria de Segurança in-
vestigar imediatamente antes que fatos
mais danosos possam acontecer à vida des-
ses servidores que hoje dirigem o Sindi-
servidores.

Diz a nota (Lê): Sindicato sofre qua-
tro atentados em trinta dias - A sede do
Sindicato dos Servidores Públicos das
Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná
(Sindiservidores) sofreu quatro atentados
no prazo de 30 dias, segundo denúncia do
presidente da entidade. Vladimir de Fran-
ça. As ocorrências foram registradas na
polícia. A última foi no dia 16, através
de um tiro disparado contra a sede. As pe-
rícias na parede atingida constataram se
tratar de uma bala desferida por um revól-
ver de calibre 38. França acredita que es-
sa seja uma forma de "intimidação do movi-
mento de paralisação por 48 horas", pre-
vista para março.

O indicativo de greve foi votado no
dia 17 de dezembro e o primeiro atentado
aconteceu no dia 14 de janeiro. Segundo o
presidente do SINDISERVIDORES, nesse dia
foram roubados um fax e os documentos que
registravam as presenças nas reuniões. Ou-
tro arrombamento foi denunciado no dia 24
de janeiro. O primeiro disparo de tiro foi
contra a placa instalada no quintal da ca-

sa, desferido em 29 de janeiro. Na última quarta-feira, a sala da presidência foi atingida. Segundo o vigia, o tiro foi dado por uma pessoa que ocupava um Fiat Uno.

"O que estranhamos é que os atentados ocorrem sempre que realizamos qualquer ato de protesto contra o governo", disse França. E novos atos estão programados. Além da paralisação por 48 horas, o Sindiservidores pretende organizar a malhação de um boneco representando o Governador Roberto Requião no dia 26 de março.

"Folha de Londrina", 19/02/94.

Por que estamos registrando nesta Casa esta nota, que para nós representa ato de violência muito sério? Porque tivemos, recentemente, fatos semelhantes ligados ao Sindicato dos Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo onde, naquela oportunidade, executou-se covardemente o seu presidente. E nós não gostaríamos de ver fatos semelhantes acontecendo no Estado do Paraná, muito menos quando se diz que isso acontece, quando se pretende uma mobilização como esta que está tentando fazer o SINDISERVIDORES.

Nós queremos deixar aqui registrado, para que o Paraná saiba que esta Casa não está omissa, que passou a conhecer esta denúncia - que é grave, e esta se associa a outros fatos que devem ser, imediatamente, levantados pela Secretaria de Segurança do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Encerrado o Horário do Expediente passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para constituir a Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná de métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos. - **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para constituir a Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná de métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de

tortura contra indiciados e presos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando seu nome como suplente para constituir a Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná de métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 003/94, subscrito pelo Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando sua filiação ao PFL. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente, solicitando licença para tratar de interesse particular, no período de 22 de fevereiro à 03 de março do corrente ano. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 220/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades, sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 065/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que considera área especial de interesse turístico, o Balneário de Caiobá, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Colombino Grassano, Anibal Khury, Nelson Garcia, Alceu Swarowski, Hermas Brandão e Nilton Barbosa, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 065/92

Art. 1° - Fica criada Área Especial de Interesse Turístico, denominada Balneário de Caiobá, com administração autônoma e com divisas correspondentes às do atual Distrito do Balneário de Caiobá, no Município de Matinhos, Estado do Paraná.

Art. 2° - A estrutura administrativa da Área Especial de Interesse Turístico, a forma de sua instalação e o patrimônio que lhe caberá, serão objeto de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, a ser encaminhado a esta Assembléia Legislativa no prazo de noventa dias da vigência desta Lei.

Parágrafo Único - O Administrador responsável pela área será nomeado pelo Governador do Estado com a aprovação do Poder Legislativo.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.94.

(aa) COLOMBINO GRASSANO, ANIBAL KHURY,
NELSON GARCIA, ALCEU SWAROWSKI, HERMAS
BRANDÃO e NILTON BARBOSA.

O Projeto vai à CCJ.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 233/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 022/93, que autoriza o Poder Executivo a doar o Município de Farol os Lotes que especifica, situados na sede do referido Município e de propriedade do Estado. PA-

RECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Anexo Projeto de Lei n° 129/93, de autoria do Deputado Toti Colago.

A Mesa recebe a informação do Senhor Severo Olímpio Sotto Maior, Coordenador das Comissões: "Informo para os devidos fins que o Projeto de Lei 233/93, da Ordem do Dia de hoje, já foi sancionado pelo Senhor Governador do Estado, no dia 14 de julho de 1993, virando Lei n° 10.381, publicado no Diário Oficial n° 4.054 do dia 14 de julho de 1993".

Assim, a presidência pede a retirada da Ordem do Dia, do presente Projeto e o seu arquivamento.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 272/93, de autoria do Deputado Toti Colago, que declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico Ucrâniano Brasileiro Vesselka, do Município de Prudentópolis. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 730/93, de autoria do Deputado Severino Félix, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores com sede no Distrito de Paranagi, Município de Sertaneja. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 732/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo a Infância Ida Meta Julianne Dietz, com sede e foro no Município de Faxinal. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 062/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que cria o Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Queda do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 13, de 10.03.93)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 062/93

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Nereu Moura, objetiva criar o Município de Espigão Alto do Iguaçu, com território desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu.

Cumpridas as diligências solicitadas em pareceres anteriores, e satisfeitas todas as exigências constantes da Lei complementar n° 56, tais como, número de habitantes, número de eleitores, número de habitações, certidões dos órgãos competen-

tes, somos de parecer que a Proposição deva seguir seu trâmite, na forma de Projeto de Resolução, autorizando a realização de Plebiscito, para que a população da área diretamente afetada pela criação, possa pronunciar-se.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá o seu parecer favorável, na forma do Projeto de Resolução que apresentamos em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 062/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 062/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que cria o Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu, em análise por esta Comissão, foi devidamente examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável.

Chamada a exarar parecer, esta Comissão nada encontrou que possa impedir a normal tramitação do Plano de Lei em apreço nesta Casa, razão pela qual opina favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sobre a Mesa, requerimento nº 039 de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 040, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 041, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 042, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 044 a 053, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 055, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, qual o conteúdo?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Solicita reestudo de uma emenda... (Lê). Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 060, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- **Em Discussão.**

O DR. ROSINHA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Para discutir, adia-se na forma regimental.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, para encaminhar.

Para evitar qualquer dúvida ao Senhor Deputado Dr. Rosinha, tomo a liberdade de...

O SR. PRESIDENTE - (Geraldo Cartário) Senhor Deputado Colombino, com todo o respeito, o requerimento será discutido por V.Exa. no dia de amanhã. Hoje já passou a oportunidade de discutí-lo.

Requerimentos nºs 061 a 071, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 073, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 077, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente.- **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 4983, de autoria dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Basílio Zanusso, Duílio Genari e Élio Rusch, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência pede aos Senhores Deputados que comuniquem à Mesa a sua atual posição partidária.

Eu pedi ao Deputado Erondy Silvério, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que pedisse a colaboração e a compreensão dos Senhores Deputados, e eu também pedi ao 1º Secretário, Anibal Khury, ao nosso Presidente da Assembléia, Orlando Pessuti, ao 2º Secretário, Dirceu Manfrinato, e peço agora aos Senhores Deputados a compreensão para que o projeto apresentado por este Parlamentar outorgando o título de cidadão honorário ao Presidente de Portugal, Dr. Mário Soares, que estará visitando Curitiba no dia 19, 20 e 21, inclusive a convite do nosso Prefeito da Capital e do nosso Governador, à fim de que esta Assembléia lhe preste a homenagem, em nome do povo, entregando-lhe o título de cidadão honorário no dia 21, às 15:00 horas da tarde.

Então, nós gostaríamos de contar com essa gentileza dos Senhores Deputados e já, depois de amanhã, o projeto entrará em votação, esperando a compreensão dos Senhores e respectiva aprovação desse projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 062/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 545, 579, 606 e 641/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ HENRIQUE BONA TURRA EM SESSÃO DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1994.

"Diretrizes e Recomendações à Sociedade, à Família e, principalmente, ao Estado".

Fundação COPEL de Previdência e

Assistência Social

Curitiba, 30/dez./93

N/REF.: 1920/PRE/93

Para seu conhecimento, temos a grata satisfação de encaminhar, em anexo à presente, exemplar do documento "Diretrizes e Recomendações à Sociedade, à Família e, principalmente, ao Estado", aprovado e elaborado por ocasião do Seminário "O Menino e a Rua", promovido por esta Fundação no período de 06 a 08 de dezembro último, em Curitiba.

Com os nossos cumprimentos, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Armando Moreira

Presidente

O Seminário "O Menino e a Rua", promovido pela Fundação COPEL, de Previdência e Assistência Social, em assembléia realizada no dia 08.12.93, no Centro de Convenções de Curitiba, aprovou as seguintes Diretrizes e Recomendações à Sociedade, à Família e, principalmente, ao Estado.

Os programas sociais, locais e regionais de resgate da cidadania da criança e do adolescente, excluídos como mecanismos fundamentais operacionalizantes de Doutrina de Proteção Integral da Infância e juventude, correlacionam-se diretamente para a sua eficácia, a uma coerente e justa política econômica nacional, que venha pro-

porcionar uma concreta distribuição de renda, superando questões políticas partidárias prevenindo-se contra a descontinuidade.

ESTATUTO

Ampla divulgação do Estatuto da Criança e do adolescente, visando dirimir os preconceitos e as dúvidas sobre esta Lei e promovendo o entendimento e conscientização dos princípios desta legislação. Mobilização comunitária para implantação dos conselhos municipais e tutelar nos municípios.

EXTERMINIO

A omissão da sociedade e um aval para o extermínio da criança. Ações de conscientização junto aos vários segmentos da sociedade com o poder controlador e decisório (polícia civil e militar, magistratura e ministério público, governos federais, estaduais e municipais, defensoria pública).

Implantação de disciplina: direito da criança e do adolescente em cursos vinculados à atuação junto a esta clientela: direito, psicologia, serviço social, pedagogia, sociologia e medicina.

PROGRAMAS PREVENTIVOS

A essência dos Programas Preventivos deverá ser a de manter e fortalecer as crianças em seus locais de origem, com o aproveitamento, melhoria e ampliação dos equipamentos sociais existentes (escolas, creches, associações comunitárias, posto de saúde, parques, etc.).

Utilização do parque industrial e comercial existente, para o trabalho educativo e profissionalizante e semi-profissionalizante.

Desenvolvimento de estratégias para manutenção das crianças nas escolas e para evitar a evasão escolar.

Maior zelo pela qualificação e quantificação dos recursos humanos e materiais das escolas.

Desenvolvimento de programas sociais abrangendo todas as crianças da comunidade.

Sensibilização de famílias para o apadrinhamento de crianças desassistidas; esse apadrinhamento dar-se-á através de apoio à saúde, fornecimento de material escolar, práticas de lazer e, principalmente, através do carinho familiar.

Aprovação da lei que regulamenta o trabalho educativo "programa social", já em tramitação.

POLÍTICA DOS ÓRGÃO FINANCIADORES

Co-participação (artigo 261, parágrafo único do ECA) do município, estado e união na destinação das verbas voltadas ao pro-

grama de atendimento das crianças e adolescentes.

Fortalecimento dos fundos municipais em detrimento dos fundos estaduais e nacional.

Manutenção do CBIA como órgão implementador do ECA e da ação social especializada.

Extinção da LBA, dada a sua inoperância e descompasso com os princípios do ECA.

Divulgação e esclarecimento do Decreto 794 - que regulamenta o artigo 260 do ECA: que as pessoas jurídicas podem destinar 1% da apuração mensal do imposto a pagar para os fundos vinculados aos conselhos municipais.

Esclarecimento a população em geral a possibilidade de fazer doações aos conselhos.

Municipalização dos tributos para viabilizar a realização das ações.

Desburocratização dos repasses de verbas para programas sociais de atendimento à criança e ao adolescente, bastando para tal que se cumpra o artigo 91 do ECA: inscrição das entidades nos conselhos municipais.

INFRATORES

Desenvolvimento e implementação, nos municípios, de programas de atendimento ao infrator em meio aberto (liberdade assistida, semi-liberdade, reparação do dano, etc.) para diminuir o encaminhamento dos adolescentes infratores a programas de privatização de liberdade.

Qualificação dos técnicos vinculados à ação com infratores para atuarem com a maior competência junto a estes programas.

Manutenção do princípio da imputabili-

dade aos 18 anos.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Aproveitamento do Ano Internacional da Família (1994) para implementar ações que visem o seu fortalecimento como pré-requisito para prevenir a marginalidade. O princípio da prioridade de atendimento a criança e adolescente está diretamente vinculado a programas de promoção e recuperação das famílias.

As políticas sociais básicas devem estar voltadas ao resgate e promoção das famílias, e não ao controle de natalidade forçado.

Implementação, por parte do governo, de uma política de planejamento familiar para todas as camadas sociais.

ADOÇÃO

Visto que o abrigo é um atendimento de caráter provisório, por impossibilidade de convivência familiar, indica-se uma política voltada a preservação e manutenção dos vínculos com a família biológica, em primeiro lugar. Numa segunda opção, a política deve estar voltada a guarda, tutela, adoção, apadrinhamento, lar substituto e, quando da impossibilidade de quaisquer das alternativas acima citadas, deve-se promover a implantação de casas lares. Estas propostas visam a reprodução ou substituição de núcleos familiares perdidos ou nunca experimentados pelas crianças ou adolescentes órfãos, abandonados ou infratores.

Criação, pelos legisladores municipais, de estímulos fiscais para incentivar a comunidade a colocação de crianças em lares substitutos.